

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Simone Vieira da Cruz

**ANÁLISE DO CAMPO DA SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA SOB A
PERSPECTIVA DE GÊNERO: AS ESPECIFICIDADES EM HIV/AIDS**

São Leopoldo
2010

Simone Vieira da Cruz

**AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO CAMPO DA SAÚDE
DA POPULAÇÃO NEGRA: AS ESPECIFICIDADES EM HIV/AIDS**

Dissertação apresentada à
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
como requisito parcial para a obtenção
do título de **Mestre em Saúde
Coletiva**.

Orientador: Profa. Dra. Laura Cecília López

São Leopoldo

2010

C957a

Cruz, Simone.

As relações de gênero no campo da saúde da população negra: as especificidades em HIV/AIDS / Simone Cruz. – 2010.

90 f. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 2010.

“Orientadora: Profa. Dra. Laura Cecília López”.

1. Saúde. 2. AIDS (Doença) em mulheres. 3. Saúde e raça. 4. Negros – Rio Grande do Sul. I. Título.

CDD 610

CDU 614.1(=414)

Catálogo na publicação: Bibliotecário Flávio Nunes, CRB 10/1298

**Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Centro de Ciências da Saúde
Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva**

**ANÁLISE DO CAMPO DA SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA SOB A
PERSPECTIVA DE GÊNERO: AS ESPECIFICIDADES EM HIV/AIDS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Profa. Dra. Laura Cecília López
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS
(Orientadora)

Profa. Dra. Ângela Lucia Silva Figueiredo
Universidade Federal do Recôncavo Baiano - UFRB

Prof. Dr. Walmir Pereira
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

São Leopoldo, RS
2010

Agradecimentos

Este trabalho está dedicado a todas as militantes do movimento de mulheres negras brasileiras, em nome de Elaine, Heloisa e Jaqueline da Associação Cultural de Mulheres Negras, por compartilharem comigo o dia-a-dia e fazerem parte de minha trajetória neste amplo universo que é o movimento negro e de mulheres negras no qual me reconheço a cada dia e me orgulho em fazer parte.

Ao Talis da Rosa, Stênio Rodrigues, Antônio Matos, José Antonio da Silva, Ana Honorato, Maria Geneci Silveira, Leila Lopes e Maria Noelci Homero pelas valiosas contribuições.

Às minhas ex-orientadoras, Stela Meneghel e Paula Sandrine, cada uma em seu tempo pela compreensão e apoio na escrita.

À minha amiga e atual orientadora, Laura López que, antes de assumir esse papel, já me apoiava incondicionalmente neste trabalho. Fica minha admiração por seu profissionalismo e dedicação ao que faz;

Às colegas de pesquisa Ana Prates, Vera Rodrigues, Luanda Sito, Miriam Vieira, Denise Jardim e Daniel Etcheverry;

Aos colegas do Grupo VIPAT (Violência, Trabajo y Pareja) da Universidade Autônoma de Barcelona, em nome da Profa. Dra. Leonor Cantera, pela acolhida e o carinho dispensados a mim quando estivemos juntas em um período tão importante de minha vida pessoal e acadêmica.

A toda a equipe do PPG em Saúde Coletiva da UNISINOS, professoras e professores e colegas de aula, especialmente a Janaina Aragão e Josiane Alves.

Aos professores/as e colegas do Curso Fábrica de Idéias pela oportunidade aprender mais e trocar importantes experiências.

À Fundação Ford e toda a equipe da Fundação Carlos Chagas, especialmente a Maria Luiza, pelo apoio administrativo e atenção durante esses dois anos de bolsa, sem a qual não teria cursado o mestrado.

Por fim, agradeço especialmente à minha família, em especial à minha mãe, por estar presente em todos os momentos importantes, de minha vida.

...sei que não dá para mudar o começo, mas se a gente
quiser, vai dá para mudar o final.

Elisa Lucinda

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
I PROJETO DE PESQUISA	11
1. INTRODUÇÃO	11
1.1 Contextualizando o tema	11
2. JUSTIFICATIVA	14
3. OBJETIVOS	17
3.1 Objetivo Geral	17
3.2 Objetivos Específicos	17
4. PRESSUPOSTOS	18
5. RECORTE TEÓRICO-CONCEITUAL	18
5.1 Movimentos Sociais	18
5.2 Movimento Negro e de Mulheres Negras	21
5.3 Gênero e Interseccionalidades	23
5.4 Saúde da população negra, epidemia de HIV/AIDS e suas interfaces com questões de gênero	26
6. METODOLOGIA	28
6.1 Universo Empírico	30
7. CRONOGRAMA	32
8. ORÇAMENTO	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34
ANEXOS	
- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	39
- Roteiro de Entrevista	40
II RELATÓRIO DE CAMPO	
1. Ponto de Partida	43
1.2 Inserção em campo: implicações da militância na prática de pesquisa	46
2. Percurso da Pesquisa: de aspectos éticos a metodológicos	47
3. Universo Pesquisado	48
3.1 Organizações do Movimento Negro Mistas	50
3.1.1 Movimento Negro Unificado – MNU	50
3.1.2 União de Negros pela Igualdade – UNEGRO	54
3.2 Organizações de Mulheres Negras	57
3.2.1 Associação Cultural de Mulheres Negras – ACMUN	58
3.2.2 Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras	60
4. Instância na Universitat Autònoma de Barcelona	62

4.1	La practica	64
III	ARTIGO CIENTÍFICO	
	<hr/>	
	“Análise do campo de saúde da população negra sob a perspectiva de gênero: as especificidades em HIV/AIDS”	68

Tabela de Siglas

ACMUN	Associação Cultural de Mulheres Negras
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
AMNB	Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras
ASSEPLA	Assessoria de Planejamento
CECAN	Centro de Cultura e Arte Negra
CECF	Conselho Estadual da Condição Feminina
CEPPIR	Comissão Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
CFEMEA	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONNED	Congresso Nacional de Negros e Negras Brasileiro
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
FASC	Fundação de Assistência Social de Comunitária
GHC	Grupo Hospitalar Conceição
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFP	International Fellowships Program
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis
MNU	Movimento Negro Unificado
MNUDR	Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial
MST	Movimento Sem Terra
ONG	Organização Não Governamental
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PT	Partido dos Trabalhadores
RS	Rio Grande do Sul
SEPPIR	Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SINDISPREV	Sindicato dos Trabalhadores Federais da Saúde, Trabalho e Previdência
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
UAB	Universidade Autônoma de Barcelona
UNEGRO	União de Negros pela Igualdade
UNIFEM	Fundo das Nações Unidas para as Mulheres

Apresentação

Com o intuito de orientar a leitura, apresentaremos a forma como está estruturada esta dissertação, dividida em três partes:

- **Projeto de Pesquisa**, que passou por avaliação e posterior aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISNOS). Sendo que foi qualificado no mês de junho de 2009, naquele momento, sob o título: “as organizações do movimento negro e de mulheres negras no RS e a epidemia de HIV/AIDS na população negra”, e passou por algumas modificações conforme solicitação da banca, sobretudo, com a inclusão do tema sobre movimentos sociais no marco teórico;
- **Relatório de campo**, onde apresentamos os caminhos percorridos pela pesquisa, desde os aspectos éticos até, a entrada em campo e o relato das entrevistas, sendo que, mesmo havendo observação participante não foram relatadas todas as atividades, tendo em vista não serem necessários para a elaboração do artigo;
- **Artigo científico**, que foi formatado conforme orientação da Physis – Revista de Saúde Coletiva, publicação do Instituto de Medicina Social, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

PROJETO DE PESQUISA

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se propõe a investigar os discursos e as práticas de organizações de mulheres negras e de organizações mistas (constituídas por homens e mulheres) do movimento negro do Rio Grande do Sul no que se refere à vulnerabilidade da população negra ao HIV/AIDS e ao lugar dado a essa temática em sua agenda política. A fim de contextualizar a realidade a que estamos nos referindo, faremos uma breve exposição de estudos sobre como vem se constituindo o diálogo entre a sociedade civil e o governo em relação à temática de HIV/AIDS e a inclusão da população negra neste debate.

1.1. Contextualizando o tema

Durante um longo período, pesquisas na área da saúde associaram a infecção por HIV/AIDS a grupos sociais específicos, relacionados a comportamentos de risco. Francisco Bastos e Claudia Travassos (2005) referem que a história da Aids no Brasil é perpassada por relatos de pessoas que experienciaram tanto essa estigmatização e marginalização da Aids como, mais tarde, o avanço da ciência e a mobilização social em defesa das pessoas soropositivas.

Para contextualizar o HIV/Aids no Brasil, é importante, assim, mencionar o processo de interlocução entre sociedade civil e governo. Wilza Villela (1999) refere-se a essa relação entre governo e sociedade civil como um estabelecimento de parcerias que se fizeram cada vez mais urgentes devido à complexidade do processo que a doença adquiriu ao longo dos anos, inicialmente pelas questões relacionadas à clínica (referentes à própria doença), passando pelo sucateamento dos serviços de saúde até o aumento da incidência e o alcance a grupos anteriormente pouco atingidos, como as mulheres e as populações mais pobres.

Miriam Ventura (2003) relaciona o surgimento da epidemia de Aids, ocorrido entre 1982 e 1984, com o período em que a sociedade brasileira se preparava para a reconstrução de um Estado de Direito Democrático, através da implementação do SUS, no qual a saúde tornava-se um direito social. A

participação da sociedade civil, implícita na construção do SUS, e a luta pela efetivação da saúde como um direito promoveram a criação de diferentes organizações não governamentais identificadas com problemas específicos de saúde ou com grupos populacionais mais vulneráveis.

Uma das primeiras organizações criadas por demanda da epidemia de HIV/Aids, foi o Grupo de Apoio e Prevenção a Aids (GAPA). A partir daí, muitas outras foram sendo criadas por pessoas que viviam com HIV e/ou Aids. Essas organizações foram denominadas ONGs Aids por serem compostas por portadores da doença e darem conta de questões relativas especificamente a essa patologia, principalmente aquelas relacionadas à discriminação e à falta de medicamentos (Parker; Galvão; Bessa , 1999).

Jane Galvão (1997) critica a raridade de trabalhos que analisam o percurso dessas instituições. A autora aponta, ainda, para os problemas e limitações ligados à utilização do termo “ONG Aids”, na medida em que, segundo ela, o mesmo torna este um lugar específico de pessoas portadoras de HIV, omitindo a discussão em torno da vulnerabilidade e o trabalho preventivo. Galvão admite que as ONGs Aids não davam conta da diversidade de atuação da sociedade civil organizada frente à epidemia e, como consequência, por um longo período questões sócio-econômicas e políticas não foram levadas em conta enquanto categorias de análise deste campo.

No que se refere à questão racial no Brasil, deve-se também considerar a forte articulação entre sociedade civil e governo. O movimento social e político negro vêm demandando mudanças em diferentes áreas – entre as quais a da saúde – a partir do campo das políticas afirmativas, forçando um reconhecimento da diversidade da composição étnico-racial da população. Entretanto, pôr em prática pactos nacionais e internacionais, que promovam políticas de ações afirmativas que tem como propósito reparar aspectos discriminatórios que impedem o acesso de pessoas de diferentes grupos em situação de desigualdade social a oportunidades favoráveis, vem se tornando um desafio, tanto para governantes, quanto para a sociedade civil organizada. (Batista; Kalckmann, 2005).

A população negra está afastada de uma série de oportunidades que lhe dariam condições de exercer a cidadania plena. Em relação a esse quadro, o avanço da instituição da saúde como direito de cidadania garantido pelo Estado,

inscrito no artigo 196 da Constituição Federal de 1988 – que garante o acesso universal e igualitário às ações e aos serviços de saúde – e nos princípios de universalidade e equidade do Sistema Único de Saúde (SUS), não tem assegurado o mesmo nível de qualidade na atenção e no atendimento de saúde, quando se considera a população negra (Barbosa, Fernandes; 2005). Esse fato é agravado quando considerada a epidemia de HIV/Aids, especialmente entre as mulheres negras (Lopes, 2005).

Observa-se a constituição do que se tem denominado de “campo da saúde da população negra”, gerador de uma série de embates e discussões. Ativistas do movimento negro e pesquisadores/as apontam para maiores vulnerabilidades da população negra em termos de saúde - mais precisamente, vinculando-as a uma discussão sobre políticas de ações afirmativas para essa população – o que é demonstrado em diversos estudos (Lopes, 2005; Barbosa, Ribeiro, Cavalheiro, Santos, 2008).

Os debates em torno da criação deste campo da saúde da população negra, se fortalecem após a 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida em 2001 pela ONU, em Durban, África do Sul, chegando ao Programa Nacional de Aids (PN, 2006).

Corroborando com esse debate, Maria Inês Barbosa e Valcler Fernandes (2005), em um artigo em que discutem o desafio da inclusão das questões raciais na agenda das políticas, enfatizam que, ao se tratar da população negra deve-se considerar tanto o ponto de vista biológico quanto o social, uma vez que o perfil epidemiológico desse grupo é marcado por singularidades, que geram diferenças no processo de adoecimento, cura e morte.

Nesta mesma linha, Fátima de Oliveira (2002) aponta para algumas doenças em relação às quais a população negra se encontraria em condições de maior vulnerabilidade, como: anemia falciforme, hipertensão arterial, miomas uterinos, mortalidade materna, diabetes tipo II. Destacam-se, ainda, algumas questões prioritárias na agenda de saúde reprodutiva, como esterilização, violência de gênero e outras doenças, como câncer cérvico-uterino e a infecção por HIV/Aids, que atingem expressivamente as mulheres negras, por sobrepor-se a estas as questões de classe.

Esse quadro aponta para o fato de que as condições materiais e sociais de vida da população afrodescendente brasileira estão diretamente relacionadas à expectativa de vida dessa população. Para a médica e ativista do movimento negro e feminista, Fátima Oliveira (2002), as condições de vida da população negra dependem de uma interação entre o biológico, o material e o social, uma vez que se podem medir essas condições, entre outros fatores, a partir do acesso aos serviços de saúde.

Conforme assinala Fernanda Lopes (2005), a população negra pertence a um estrato social muito diferenciado, e esse fator influencia na forma como a saúde é vivenciada por esse grupo. A autora ainda afirma que, “no caso da população negra, o meio ambiente que exclui e nega o direito natural de pertencimento, determina condições especiais de vulnerabilidade” (p.09). Nesse sentido, como referem Francisco Bastos e Cláudia Travassos (2005) não considerar a questão racial como possível determinante das condições de saúde significa uma perda importante nas análises das pesquisas em saúde, bem como na definição de estratégias de prevenção e atenção efetivas. Em outro artigo, Cláudia Travassos (2007) adverte, contudo, que dar destaque à raça/cor na interpretação das desigualdades sociais em saúde em nosso país não contribui para um melhor entendimento de como são geradas estas desigualdades.

2. JUSTIFICATIVA

Em um artigo em que analisa o papel da sociedade civil na elaboração de políticas de saúde no Brasil, Sílvia Ramos (2004) refere que a aproximação do movimento feminista aos setores médicos das áreas de ginecologia e obstetrícia, através do envolvimento das mulheres na luta pela construção do SUS, permitiu a inclusão das questões de gênero nas pautas das instituições públicas de saúde.

Em estudo sobre a trajetória das organizações de mulheres negras, Matilde Ribeiro (2008), menciona que, as especificidades relacionadas à saúde da mulher negra têm entrado nessa pauta das discussões desde a década de 80 por reivindicação das próprias mulheres negras, referindo as ações governamentais e da sociedade civil organizada, a exemplo da criação, em 1996, do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, o “GTI População Negra”. A autora ressalta, contudo, que esse grupo não se efetivou

como um espaço de política continuada até a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, que tem como missão estabelecer iniciativas contra as desigualdades raciais no país.

Segundo documento Brasil Afroatitude, em artigo de Karen Bruck do Programa Nacional de DST/Aids, foi no Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) que se iniciou a discussão da interface racismo, saúde e direitos humanos. A partir disso, em 2004 foi realizado o I Seminário Nacional de Saúde da População Negra. Neste cenário, abrem-se canais para a instalação do Comitê Técnico sobre Saúde da População Negra, composto por profissionais da área da saúde, gestores, pesquisadores da temática e ativistas do movimento negro. Entre esses últimos, pode-se destacar Jurema Werneck, representante da Articulação de Organizações de Mulheres Negras, e Fernanda Lopes, ativista, pesquisadora da saúde da população negra e, atualmente, assessora para assuntos relacionados à Aids do Fundo das Nações Unidas para as Populações (UNFPA).

Em finais do ano de 2004, foi lançado, pelo Governo Federal em uma parceria entre Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e Ministério da Educação (ME), o Programa “Brasil Afro Atitude: Programa Integrado de Ações Afirmativas para Negros” que foi criado com o objetivo de pensar a Aids, não somente em seu aspecto epidemiológico, mas ampliar para ações voltadas a defesa dos direitos humanos de pessoas que vivem com HIV assim, como para a populações mais vulneráveis. Neste sentido em termos metodológicos, o programa beneficia alunos negros que entraram pelo sistema de cotas e da produção de conhecimento no campo das relações entre Aids e população negra e racismo.

No dia 13 de maio de 2009, Diário Oficial da União nº 90, através da portaria nº 992, foi publicada a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. O processo de discussão da necessidade dessa política foi inicialmente debatido em fóruns – como seminários, congressos, palestras – produzidos pelos e pelas e/ou que tiveram a participação de militantes do movimento negro e de mulheres negras. Vale ressaltar que embora essa fosse uma pauta do movimento negro de uma forma geral houve um relevante protagonismo das mulheres negras que contribuiu para a aprovação da política. (Caldwell, 2009)

Há, assim, uma expressiva atuação de mulheres negras a frente de ações políticas em nível nacional da área da saúde, o que também repercute em níveis locais. Estudando o contexto da cidade de São Paulo, Elizabete Pinto (2008) assinala que as organizações de mulheres negras atuam tanto nos serviços de saúde, buscando sensibilizar gestores e profissionais dessa área, como no processo de implementação de políticas públicas voltadas para as mulheres negras, focalizando ações nas questões relacionadas ao HIV/Aids e seu impacto na população negra.

Entre os meses de julho de 2006 a setembro de 2007, através de uma parceria entre a Associação Cultural de Mulheres Negras (ACMUN) e o Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACI) da UFRGS foi realizada uma pesquisa com o objetivo de mapear as organizações do movimento negro na Região Sul do Brasil que atuam na área da saúde, especificamente com questões relacionadas ao HIV/Aids. A equipe de pesquisadoras/es era composta por três antropólogas/os (Laura López, Daniel Etcheverry e Miriam Vieira) e pela investigadora, psicóloga, integrante da ACMUN. Corroborando com os dados encontrados na literatura, nesse estudo identificou-se que as ações em saúde da população negra estavam mais centralizadas nas organizações de mulheres negras bem como nas militantes negras dentro de organizações mistas do movimento negro (Cruz et al, 2008).

Somada à minha experiência enquanto integrante de uma organização que um dos enfoques é o trabalho na prevenção do HIV/Aids entre as mulheres negras, a identificação desse protagonismo das mulheres no contexto do movimento negro no que se refere às ações dirigidas à saúde, mais propriamente ao HIV/Aids, foi o vestígio deixado pela pesquisa anterior, que suscitou as questões para a realização do presente projeto. A forma como essas organizações se estruturam e articulam suas agendas políticas, sua composição, entre outros aspectos, levaram-me a uma série de perguntas sobre o campo das organizações de mulheres negras e do movimento negro e a sua vinculação com a temática do HIV/Aids, tais como:

- Por que as organizações de mulheres negras elegem a saúde, em especial o HIV/Aids, como uma das áreas prioritárias de trabalho, diferentemente das organizações mistas?

- Em que momento houve a necessidade dessas organizações de mulheres negras em se voltar para o HIV?
- Porque, segundo elas, existe a necessidade de uma política específica direcionada ao HIV para a população negra?
- Quais são as estratégias utilizadas por essas organizações para o desenvolvimento de ações e projetos em HIV/Aids em favor da população negra em seu contexto de atuação?

Nesse sentido, este estudo se inscreve, por um lado, no contexto de produções sobre HIV/Aids que inserem a questão racial em sua articulação com gênero e segmentos sociais. Por outro lado, procura problematizar a forma como se estabelecem as discussões sobre Aids e o lugar dado a essa temática no interior das organizações do movimento negro e de mulheres negras. Assim, buscaremos examinar, através dos discursos dessas organizações, tanto as questões de gênero dentro do movimento negro quanto as questões raciais nas discussões sobre Aids.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

- Analisar os discursos e as práticas de organizações de mulheres negras e de organizações mistas (constituídas por homens e mulheres) do movimento negro do Rio Grande do Sul no que se refere à vulnerabilidade da população negra ao HIV/Aids e ao lugar dado a essa temática em sua agenda política

3.2 Objetivos Específicos

- Entender por que, dentro do movimento negro no RS, são principalmente as organizações de Mulheres Negras que possuem ações em HIV/Aids;

- Compreender por que as organizações mistas, no RS, não focam seu trabalho na área da saúde, especialmente no trabalho com HIV;
- Identificar as ações prioritárias de organizações mistas do movimento negro e de organizações de mulheres negras no RS;
- Identificar as ações de ONGs de mulheres negras no RS voltadas à temática de HIV/Aids;
- Verificar que estratégias as organizações de mulheres negras lançam mão na negociação de políticas de HIV/Aids para a população negra;
- Analisar a forma como organizações de mulheres negras do RS se articulam localmente para incidir na política nacional.

4. PRESSUPOSTOS

- Mulheres negras e homens negros reagem e experienciam o racismo de formas diferentes e, portanto, possuem agendas políticas com ênfases diferenciadas.
- Em geral, as questões relacionadas à saúde da população negra não figuram entre as mais urgentes dentro do movimento negro.
- As mulheres negras assumiram as questões de saúde no interior do movimento negro a partir de uma diferenciação da experiência relacionada à saúde sexual e reprodutiva, eixo prioritário do movimento feminista.

5. RECORTE TEÓRICO CONCEITUAL

5.1 Movimentos Sociais

Objetivando conceituar os movimentos sociais – sendo este um dos eixos temáticos dessa investigação - buscaremos algumas considerações a partir de estudiosos dessa temática, uma vez que se trata de um tema com expressivo acúmulo bibliográfico, sobretudo na América Latina.

Pedro Ibarra (2000) menciona que é necessário fundamentar para além de um conceito, o porquê do surgimento desses movimentos, sua evolução e como se diferenciam entre si. Para Ibarra um movimento social não passa de uma forma de ação coletiva, entretanto a existência dos mesmos implica na preexistência de um conflito que produz essa ação. Neste sentido o autor recorre a três pontos fundamentais que definem o surgimento de um movimento social.

1. Tensões e ausências estruturais que geram interesses concretos;
2. Carências de outras formas pré-existentes, como as redes de solidariedade.
3. Insatisfação de um determinado grupo devido as injustiças sociais, como por exemplo, as condições de vida de uma população;

Ainda citando Ibarra (2000), o autor faz um esforço em diferenciar os velhos e novos movimentos sociais. Em síntese afirma que os novos movimentos são um grupo de pessoas que se juntam para lutar por políticas públicas e mudanças na vida cotidiana de uma população e que, nestes espaços não existe uma divisão hierárquica, que a tomada de decisões é horizontal (exemplo movimento feminista). Já os velhos movimentos buscam coisas mais concretas, geralmente materiais, existindo uma função hierárquica em seu interior (como exemplo o autor cita o movimento de trabalhadores).

Na análise de Boaventura de Souza Santos, os novos movimentos sociais alcançam uma dimensão que ultrapassam questões de produção e trabalho, como refere:

Al identificar nuevas formas de opresión que sobrepasan las relaciones de producción, y ni siquiera son específicas de ellas, como son la guerra, la polución, el machismo, el racismo o el productivismo; y al abogar por un nuevo paradigma social, menos basado en la riqueza y en el bienestar material del que, en la cultura y en la calidad de vida, denuncian los NMSs, con una radicalidad sin precedentes, los excesos de regulación de la modernidad. Tales excesos alcanzan no sólo el modo como se trabaja y produce, sino también el modo como se descansa y vive; la pobreza y las asimetrías de las relaciones sociales son la otra fase de la alienación y del desequilibrio interior de los individuos; y finalmente, esas formas de opresión no alcanzan específicamente a una clase

social y sí a grupos sociales transclasisistas o incluso a la sociedad en su todo.

Baseada nesta premissa retorno na discussão proposta por Pedro Ibarra (2000) quando afirma que, mesmo não se podendo falar de velhos e novos movimentos uma vez que os velhos foram novos e que o conceito destes dependerá da conjuntura que se apresentem mesma análise feita por Gloria Gohn (2008), que menciona que os movimentos sociais enquanto “sujeitos sociais coletivos” devem ser pensados a partir de seu contexto histórico e cultural. Entretanto Ibarra (2000) relembra algumas características que distinguem os novos dos velhos movimentos sociais. Dentre essas características o autor refere a globalidade e menciona:

El movimiento cuestiona, como vimos, la dominación de poder político sobre la vida individual. Pero además, en cierto modo, rechaza la división misma del mundo entre lo público/político y lo privado/individual. Es decir, no acepta que exista un sistema de normas, valores y prácticas que guíen la vida pública, diferente al de la vida privada. Y afirman, en consecuencia, que lo que ocurre en nuestra vida privada tiene mucho que ver con lo público, con la política. Así, por ejemplo, entienden que las relaciones cotidianas entre hombre y mujer, o nuestra conducta personal con el medio ambiente, son relaciones políticas.

Traçar um panorama dos movimentos sociais latino-americanos, que relaciona diretamente os sujeitos que estão inseridos em movimentos sociais urbanos e rurais torna-se importante na análise de Glória Gohn (2008). A partir disso a autora define estes movimentos a partir de três frentes de ação: a) movimentos identitários em geral relacionados a grupos excluídos socialmente como a luta das mulheres e dos negros; b) movimentos de luta por melhores condições de vida e trabalho, a exemplo do MST; c) movimentos globais, a exemplo do Fórum Social Mundial, considerado pela autora como a “grande novidade do novo milênio”.

Neste sentido, creio que seja importante a partir deste ponto nos voltarmos a focalizar o movimento social que especificamente trata este estudo, ou seja, o movimento negro e de mulheres negras no Brasil. É justamente essa relação política entre homens e mulheres que será explorada no campo da saúde da população negra, eixo central deste estudo.

5.2 Movimento Negro e de Mulheres Negras

O Relatório de Desenvolvimento Humano – Brasil 2005, editado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD Brasil), conceituou movimento negro como sendo um conjunto de organizações dedicadas a defender e a promover os direitos de mulheres e homens negros, no contexto da luta anti-racista. Entretanto cita que, no Brasil ainda existe uma falta de consenso em relação à composição desse movimento:

[...] uma articulação das entidades, mesmo que precária, parecer indicar a conveniência do uso de uma concepção mais ampla de movimento negro, para abrigar a complexidade, a heterogeneidade e a multiplicidade das organizações que se encontram no campo racial. Desse modo considera-se movimento negro um conjunto plural de entidades, incluindo as organizações não-governamentais anti-racistas, as instituições de base religiosa, as associações de empresários, os grupos culturais e de base comunitária, bem como o movimento hip-hop. (PNUD, 2005)

Gohn (2000) questiona a identidade do movimento social como uma nova relação entre sociedade e Estado, onde muitas vezes não distinguimos as Organizações-Não-Governamentais (ONGs) dos movimentos sociais. A principal diferença apontada é a institucionalização. “um movimento deixa de ser movimento quando se institucionaliza, quando se torna uma ONG, por exemplo”. Isso não significa que a ONG não faça parte de um movimento mais amplo relacionado à temática de sua ação. E enfatiza que, os movimentos sociais são uma das formas possíveis de mudança e transformação social.

Nesse sentido, Matilde Ribeiro (2008), Ex-Secretária Especial de Políticas de Promoção para a Igualdade Racial (SEPPIR) e atualmente integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os Movimentos Sociais da PUC/SP, analisa o processo de independização das mulheres negras enquanto movimento que emergiu do movimento feminista e anti-racista, constatando que, no Brasil, as questões raciais e de gênero se constituem em relações de poder, que produzem

exclusões sociais determinando a vida de mulheres e homens brancos/as e negros/as.

O movimento feminista é marcado por uma história de lutas e conquistas, que imprimem nessa história um avanço em diversas áreas para as mulheres. Nesse aspecto, os anos 80 foram de grandes transformações. No Brasil, o movimento feminista estava em um momento de profissionalização, com a criação de organizações com atuação em áreas específicas, como por exemplo: política (CFEMEA e AGENDE), assessoria jurídica (THEMIS) e assessoria aos movimentos de base (AMB). Junto a isso, a discussão sobre as desigualdades de gênero chegava ao movimento negro, e, a partir daí, a criação das organizações de mulheres negras como uma forma de reivindicação, na medida em que as mesmas não se sentem totalmente contempladas nem no movimento feminista, exercido por mulheres brancas de classe média, nem no movimento negro, bastante marcado pelo machismo (PNUD, 2005; PINTO, 2003; CRUZ, 2008).

No Brasil, o movimento de mulheres negras organiza-se de forma independente “visando intensificar as reflexões e ações para o combate às opressões racial e de gênero” (RIBEIRO, 1995, p. 5). É nesse contexto que surgem as primeiras ONGs de mulheres negras, movimento que se intensifica a partir da década de 90. “Mas foi a partir de 1988, ano que aconteceu o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, que foi aprovada a perspectiva de uma Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, com estrutura e formato, naquele momento, ainda a serem definidos” (RIBEIRO, 1995 p. 8.).

Desde então, as organizações de mulheres negras têm estado na arena das discussões de temas como: educação, saúde, direitos sexuais e reprodutivos, violência doméstica entre outros. Para Roland (2000), um dos momentos mais marcantes para o movimento de mulheres negras, se dá quando foi criado, em 1993, em São Paulo, o Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF), onde foram nomeadas nada menos que trinta mulheres brancas para sua composição contra nenhuma representação de mulheres negras. Essa situação provocou a mobilização de mulheres negras, militantes do movimento negro, que acabou na criação de um coletivo de mulheres negras de São Paulo, e, com isso, na indicação de duas integrantes desse coletivo para a composição do CECF.

Elizabeth Pinto e Raquel Souza (2002), afirmam que o movimento de mulheres negras deu visibilidade às desigualdades em saúde, especialmente em

torno da saúde sexual e reprodutiva das mulheres negras relacionadas ao acesso aos serviços públicos ofertados a essa população. Em sua dissertação em antropologia social sobre o movimento de mulheres negras e as articulações entre saúde e raça, Cristina Machado Maher (2005) chama a atenção de que a militância pela saúde não é exclusiva das mulheres. No entanto, analisando textos e materiais audiovisuais de organizações de mulheres negras, a área da saúde se apresentou como uma luta caracterizada pelo protagonismo das mesmas. O campo da saúde é, assim, tido como uma prioridade na agenda do movimento de mulheres negras em compasso com o movimento feminista.

5.3 Gênero e Interseccionalidades

Joan Scott (1990) ao tentar buscar a origem da palavra “gênero” menciona que o mesmo está relacionado ao feminismo que rejeita a veiculação do termo apenas às diferenças entre os sexos e busca o reconhecimento deste como algo fundamentalmente social, e defende que, os estudos sobre gênero devem ser pensados a partir de uma noção relacional e histórica.

Para a autora, o gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político é concebido, legitimado e criticado, referindo à oposição homem/mulher e fundamentando o seu sentido. A oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, ambos, partes do sentido naturalizado do próprio poder. Desse modo, colocar em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema por inteiro.

Henrietta Moore (2000) define gênero como a construção de mulheres e homens como tipos diferentes de indivíduos ou pessoas, corporificando diferentes princípios de agência no mundo social. No caso de culturas ocidentais, apontam-se discursos “onde a sexualidade masculina e pessoas do gênero masculino são retratadas como ativas agressivas, impositivas e poderosas, enquanto que a sexualidade feminina e pessoas do gênero feminino são vistas como essencialmente passivas, fracas, submissas e receptivas” (MOORE, 2000, p. 16). As categorias simbólicas “mulher” e “homem”, e a diferença inscrita dentro delas e entre elas, permeia as práticas cotidianas das mulheres e homens individuais. Esses discursos e práticas marcados por gênero são construídos através da imbricação mútua com diferenças de raça, classe, etnicidade, religião.

A diferença marcada por gênero passa a representar assimetrias de poder entre grupos de pessoas e entre indivíduos, e em muitos contextos esta é construída em referência a discursos de diferença racial. Segundo Moore, “os idiomas de gênero e de raça são assim usados muitas vezes para ordenar diferenças de poder e/ou prestígio, com o resultado de que o próprio poder é representado em muitos contextos como sexualizado e racializado” (2000, p. 34).

Ao se referir à tríade “classe, raça e gênero” a autora é enfática ao dizer que não há maneiras de se pensar em paridades entre essas três categorias, uma vez que, enquanto a classe está baseada na determinação econômica e a mudança histórica, gênero e raça não veiculam tais associações.

Para intelectuais negras norte-americanas e brasileiras, o que existe são articulações entre diferentes tipos de discriminações e opressões a que as mulheres negras são submetidas, o que definiram de “interseccionalidades”.

Segundo definição oferecida por Nabel e Blackwell (2002, p.190), ativistas e pesquisadoras americanas, em um artigo em que analisam a “interseccionalidade” a partir de uma abordagem feminista, o termo refere às “articulações entre discriminação de gênero, a homofobia, o racismo e a exploração de classe”. O artigo foi elaborado a partir do debate suscitado durante a Conferência Mundial Contra o Racismo em Durban, na África do Sul¹, na direção de uma perspectiva crítica a grupos políticos norte-americanos que abordam problemas como violência, pobreza e trabalho como questões de interesse internacional, sem considerar, contudo, questões imediatas com um profundo impacto nas mulheres de cor de comunidades locais.

Segundo Linda Nicholson (2000), a intersecção é mais do que uma sobreposição de categorias como gênero, raça e classe. Para a autora, a articulação entre os diferentes marcadores produz experiências distintas. Desse modo, entende que mulheres brancas e mulheres negras não vivenciam o gênero da mesma forma. A autora defende a posição de que assim como já entendemos a categoria gênero como se referindo a muito mais do que diferenças biológicas, existem diferentes formas de entender o corpo, dentro de um mesmo grupo.

¹ A conferência foi financiada pelo Centro de Recursos para Mulheres de Cor (Women of Color Resource Center) de Berkeley, Califórnia.

A categoria raça – em sua articulação, sobretudo com gênero, mas também com segmento social – é fundamental para o presente estudo. Entendida como forma de classificação baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais e que perpetua uma ordem hierárquica sobre a qual se fundou historicamente a sociedade escravocrata no Brasil, a variável raça configura-se como uma construção social que expressa a experiência básica da dominação colonial e que, desde então, permeia as dimensões mais importantes do poder mundial (STOLCKE, 1991). Dita hierarquia racial permite uma inscrição naturalizada do racismo no cotidiano, sendo este um “fabricante” e multiplicador de vulnerabilidades. O seu combate não é possível de ser travado sem que se lhe reconheça a realidade social plena e se desvende o mundo de valores e interesses que está naturalizado nas categorias raciais (GUIMARÃES, 1999). Maria Inês Barbosa e Valcler Rangel Fernandes (2005) enfatizam, assim, a necessidade de se considerar o racismo como categoria analítica na compreensão de políticas de saúde para a população negra, o que, entretanto, não é um consenso entre os pesquisadores da temática, conforme já apontado.

A partir de uma abordagem antropológico-histórica, Verena Stolcke (1991) faz uma revisão bibliográfica sobre as desigualdades de raça, cruzando-as com as categorias de gênero e classe. Após refletir sobre as interações entre sexo e gênero, raça e classe, gênero e raça e, por fim, sobre o cruzamento entre esses três elementos, conclui que as diferenças econômicas e político-ideológicas sustentam as relações de gênero nas diferenças de sexo e as relações de etnicidade na “raça”. Ao analisar as articulações desses elementos, ressalta que se deva levar em conta o fato de que as mulheres vivenciam a opressão de lugares diferentes, conforme a classe e a raça.

A antropóloga Kia Caldwell (2000), ao propor uma discussão sobre a noção de “diferença” através de uma comparação entre os estudos sobre mulheres no Brasil e em países como Estados Unidos, Inglaterra e Canadá, refere, contudo, que o movimento feminista ainda é sutil ao tratar sobre a situação das mulheres negras. Regina Facchini (2008), em sua tese sobre mulheres que se relacionam afetiva e/ou sexualmente com mulheres, também elabora uma crítica ao movimento feminista. A autora aponta que o mesmo, apesar de reconhecer essa articulação das variáveis de gênero, raça e classe como

marcadores de diferenciação desde os anos 70, ainda as trata de forma subordinada e paralela a outros temas nos estudos feministas.

O presente estudo se inscreve, portanto, no marco dessas discussões que tomam as questões de gênero, raça e segmentos sociais como elementos indissociáveis do ponto de vista analítico, ético e político.

5.4 Saúde da população negra, epidemia de HIV/AIDS e suas interfaces com questões de gênero

A discussão das políticas sociais intensifica o diálogo entre governo e sociedade civil (PARCKER, 1999). Dados gerados por instâncias governamentais e não-governamentais, inclusive o Sistema das Nações Unidas, confirmam a prevalência das desigualdades sociais no Brasil (PNUD, 2005). Paralelo a isso, o tema da desigualdade racial e de gênero torna-se prioridade na agenda das organizações de mulheres negras brasileiras, em especial no que tange à saúde sexual e reprodutiva.

Já há alguns anos o movimento negro e de mulheres negras tem mobilizado ações em favor de uma política pública para a saúde da população negra (LOPES, 2005), contribuindo para a constituição desse campo. A Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras produziu um dossiê sobre a situação das mulheres negras brasileiras para apresentação em audiência perante a Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, onde afirma que, historicamente, essas mulheres vivem processos de exclusão, onde o racismo, a pobreza e o sexismo² são fatores que estruturam e determinam condições de vida desiguais, inclusive em áreas como a saúde (AMNB, 2007).

Lopes (2003), em sua tese intitulada “Mulheres negras e não-negras vivendo com HIV/Aids na cidade de São Paulo”, constatou que as mulheres negras, em comparação com as mulheres não negras de um serviço de saúde da cidade de São Paulo, apresentaram as piores condições sociais de escolaridade, lugar de moradia, renda individual e renda familiar. Além disso, o estudo aponta

² O sexismo é a discriminação ou tratamento indigno a um determinado gênero, ou ainda a determinada identidade sexual. Para a psicologia, o termo tem relação cultural onde onde um sexo tenta se sobrepor a outro.

para o fato de que a maioria das mulheres negras teve seu diagnóstico de infecção pelo HIV ou Aids marcadamente tardio: em função de sintomas caracterizando quadro de doença avançada, pelo adoecimento ou morte de um filho ou do parceiro, ou, ainda, apenas no momento da morte.

Fonseca et al, (2007), analisaram a mortalidade por Aids no Brasil tomando a variável raça/cor como uma vertente das desigualdades socioeconômicas no país. Ao incluir essa variável no Sistema de Informações sobre Mortalidade os autores verificaram que as maiores taxas de mortalidade foram observadas nos indivíduos auto-declarados pretos e as menores naqueles de cor parda, enquanto as pessoas que se auto-declararam brancos mantiveram a taxa estável.

Documento produzido pelo Fundo das Nações Unidas para as Mulheres (UNIFEM), em parceria com a Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, para subsidiar um projeto sobre Igualdade de Gênero na promoção da Segurança Humana no Contexto do HIV/Aids no Brasil (2003), revelou que as mulheres negras estão mais inseridas em contextos de vulnerabilidade social, os quais também acabam vulnerabilizando-as ao HIV.

Nessa mesma direção, em um texto sobre mulheres negras e HIV/Aids, a médica Jurema Werneck (2000), assinala que se as mulheres se encontram em condições de maior vulnerabilidade ao HIV, as mulheres negras podem ser consideradas ainda mais vulneráveis, o que está relacionado a fatores como menor escolaridade e renda. No entanto, a autora alerta que essa vulnerabilidade não deve ser tomada por essas mulheres como uma condenação, mas como um desafio a ser enfrentado pela sociedade.

Considerando que a epidemia de HIV tem um caráter dinâmico – tendo atravessado uma fase inicial na qual atingia predominantemente alguns grupos populacionais como homens que fazem sexo com homens e usuários de drogas para uma epidemia mais generalizada passando a se disseminar entre as mulheres e as populações mais empobrecidas – este estudo atenta-se, justamente, para marcadores de gênero, segmento social e raça envolvida na epidemia e nas discussões políticas que a envolvem. Parte, ainda, da reflexão sobre a crescente presença de mulheres negras e não-negras em espaços já institucionalizados do poder e na criação de novos órgãos para a implementação de políticas de saúde de HIV/Aids que dêem conta das especificidades femininas.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa inserida no campo da saúde coletiva que tem como tema de investigação a epidemia de HIV/Aids e sua inserção na agenda do movimento negro e de mulheres negras do RS.

6. METODOLOGIA

Esta pesquisa é de caráter qualitativo. Uma das principais características do método qualitativo é o fato de que busca fornecer uma visão de dentro do grupo pesquisado, trabalhando com um elevado número de questões. Para que isso seja possível, trabalha-se normalmente com um grupo pequeno de pessoas, escolhido de acordo com critérios previamente definidos conforme os objetivos do estudo (VICTORA, et al, 2000).

As técnicas de investigação social a serem utilizadas durante trabalho de campo serão: entrevistas, levantamento de documentação elaborada pelas organizações e pelos órgãos de governo envolvidos na temática analisada, além de observação participante em eventos promovidos por essas entidades ou em que estas estejam presentes.

Será privilegiada a técnica de entrevista etnográfica. Segundo Beaud e Weber (2007, p. 118), “as entrevistas etnográficas são denominadas dessa forma porque não são ‘isoladas’, nem independentes da situação de pesquisa”. Desse modo os contextos em que serão realizadas as entrevistas serão considerados para compreendê-las e relacioná-las entre elas.

As entrevistas serão individuais e seguirão um roteiro semi-definido (Anexo I). Elas serão gravadas com equipamento MP4 e, posteriormente, transcritas. As observações serão registradas em diário de campo.

O levantamento de documentação será efetivado tanto através de fontes indiretas, na consulta das páginas Web das instituições e suas publicações, quanto por consentimento de entrevistas com sujeitos de pesquisa. Essa estratégia nos permitirá examinar políticas e agendas dos diferentes atores sociais e conhecer os processos de elaboração de suas atividades.

Um primeiro contato com as possíveis organizações a serem pesquisadas, para conversar sobre a investigação, deu-se durante a realização II Conferencia de Promoção da Igualdade Racial, realizada em Porto Alegre, entre os dias 23 e 24 de maio de 2009.

A análise da presente pesquisa será realizada após a sistematização e categorização dos diferentes tipos de dados obtidos durante o trabalho de campo. Os dados serão interpretados com base no referencial teórico- conceitual que será adotado nesta pesquisa - como os estudos sobre interseccionalidades e sobre movimento social e político negro – e na literatura sobre o tema em questão.

Durante o período de outubro de 2009 a fevereiro de 2010, será realizado um estágio na Universitat Autònoma de Barcelona (UAB), sob tutoria da professora Dra. Leonor Cantera do Departamento de Psicologia Social. As atividades previstas para o estágio são: i) Supervisão Profa. Leonor (UAB) - Reuniões quinzenais para orientação e avaliação, durante o período de estada em Barcelona; ii) Participação como ouvinte em Cursos e Seminários na UAB relacionados ao projeto de dissertação, selecionados juntamente com a supervisora em Barcelona; iii) Participação em seminários de pesquisa promovidos pelo UAB, em geral, e na equipe da supervisora, em particular; iv) Investigação e atualização bibliográfica; v) Contato, se possível com organizações de mulheres; vi) Organização do material e elaboração do relatório das atividades desenvolvidas a ser entregue à Fundação Ford

O “Programa Sanduíche” no exterior é uma atividade que está inserida no marco do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford (International Fellowships Program – IFP), do qual a pesquisadora é bolsista.

No que se refere aos aspectos éticos, este projeto foi analisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

As pessoas que aceitarem participar da pesquisa assinarão um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), contendo as informações relativas ao estudo e aos seus objetivos. Pelo fato de serem entrevistadas pessoas conhecidas do movimento negro e de mulheres negras, na negociação com os entrevistados será esclarecido que existe a possibilidade de tanto a organização quanto a pessoa entrevistada serem identificadas, ainda que seus nomes não sejam revelados.

Outra questão ética relevante reside no fato da investigadora integrar o movimento de mulheres negras e ter que negociar seu novo lugar em campo, para a presente pesquisa. Segundo Gilberto Velho (2003), estudar nossas redes

de relações sociais implica lidar com familiaridade e estranhamento, o que não isenta de “uma consciência da dificuldade de desnaturalizar noções, impressões, categorias, classificações que constituem uma visão pré concebida de mundo” (p.118).

6.1. Universo Empírico

O universo empírico da pesquisa será composto por integrantes de organizações do movimento negro e de mulheres negras do Rio Grande do Sul, Brasil. Serão contatadas duas organizações de mulheres negras e duas organizações definidas como mistas (por serem constituídas por homens e mulheres), com atuação no Estado do RS.

As organizações de mulheres negras que participarão do estudo têm atuação política e comunitária de inclusão social, pelos direitos de populações excluídas, focalizando suas ações no combate à discriminação racial, sexista e social. Nesse aspecto, possuem projetos no interior de comunidades periféricas, socialmente vulneráveis.

As organizações mistas possuem uma atuação política de denúncia de discriminações raciais e de luta contra o racismo em articulação com as lutas de classes.

As organizações que serão estudadas fazem parte de um universo conhecido e reconhecido politicamente como “O movimento negro do RS”. A atuação desse movimento no estado do RS ganha destaque diante de outros lugares. Por um lado, pela forte atuação de militantes a frente de discussões de nível nacional; por outro, por razões históricas – partiu de um militante deste estado, o escritor e poeta Oliveira Silveira, a menção à data de 20 de novembro como Dia da Consciência Negra. A região sul destaca-se pelo fato da quantidade de negros ser subestimada à de descendentes de europeus³ na construção simbólica do perfil étnico-racial da região, provocando uma invisibilização tanto em termos de representatividade política da população negra, quanto de mecanismos de racismos. Nesse sentido, observamos uma atuação do

³ Em 2006, o Estado do Rio Grande do Sul possuía uma população estimada em 10.963.219 habitantes, sendo destes 82,3% de brancos e 17,3% de negros. Este último percentual considera a soma entre pessoas que se auto declararam pretas (5,9%) e pardas de (11,4%). IBGE, 2000.

movimento negro nessa região que busca enfatizar sua luta, demarcando um espaço de maior visibilidade para a questão racial.

8. ORÇAMENTO

Todos os gastos desta pesquisas serão subsidiados pela própria pesquisadora. A pesquisadora é bolsista do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford (International Fellowships Program – IFP), que também concederá a bolsa para o período de estágio na UAB.

Discriminação	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Papel A4 com 500 folhas	03 pacotes	13,00	39,00
Cartucho impressora jato de tinta	03 unidades	100,00	300,00
Canetas	05 unidades	4,00	20,00
Gravador Digital	01 unidade	400,00	400,00
Caderneta de campo	02 unidades	5,00	10,00
Software de análise de dados qualitativos – MaxQDA2®	01 licença	3833,00	3833,00
Valor Total		4.355,00	4.602,00

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMNB, Dossiê sobre a situação das Mulheres Negras Brasileiras, 2007

BARBOSA, Maria Inês; FERNANDES, Valcler. Afirmando a saúde da população negra na agenda das políticas públicas. In: BATISTA, Luis E; KALCKMANN, Suzana. Seminário Saúde da População Negra 2004. São Paulo: Instituto de Saúde, 2005.

BASTOS, Francisco I; TRAVASSOS, Claudia. "Raça" e Saúde Pública: os dilemas da ciência e da prática contemporânea. In: MINAYO, Maria C.S; COIMBRA Jr, Carlos E.A (Org.). Críticas e Atuantes: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

BATISTA, Luis E; KALCKMANN, Suzana. Seminário Saúde da População Negra 2004. São Paulo: Instituto de Saúde, 2005.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. Preparar e negociar uma entrevista etnográfica. In: BEAUD, S.; WEBER, F. Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos. (trad. de Sérgio Joaquim de Almeida). Petrópolis: Vozes, 2007.

BLACKWELL, M.; NABER, Nadine. Interseccionalidade em uma era de globalização: as implicações da conferência mundial contra o racismo para as práticas feministas transnacionais. Revista Estudos Feministas. Ano 10, 2002.

BRASIL, Fundação Nacional de Saúde. Saúde da População negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade. Fundação Nacional de Saúde (FUNASA): Brasília, 2005.

CALDWELL, Kia L. Fronteiras da Diferença: raça e mulher no Brasil. Revista Estudos Feministas, ano 8 v.2, 2000.

CALDWELL, Kia L. XXVIII International Congress Latin American Studies Association. Painel "Strategies for combatting racial inequality in Latin American, tema: Transnational Dimensions of domestic policies focusing on the intersection of race, gender, and class in Brazil. University of North Carolina/Chapel Hill., Rio de Janeiro, Brasil, 2009.

CRUZ, Simone et al. Saúde da População Negra como ação afirmativa: estratégias de enfrentamento ao HIV/Aids na perspectiva de entidades do movimento negro na Região Sul do Brasil, , Porto Alegre: Metrópole, 2008.

GALVÃO, Jane. “As respostas das organizações não governamentais brasileiras frente à epidemia de HIV/Aids”. In: Parker, R. (Org.) Políticas, Instituições e Aids. Enfrentando a Epidemia no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar/Abia,1997.

GOHN, Maria da Glória (Org.) Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais, 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. ‘Raça’, racismo e grupos de cor no Brasil. Estudos Afro-asiáticos. Nº 27, 1995.

LOPES, Fernanda. “Mulheres negras e não-negras vivendo com HIV/Aids no Estado de São Paulo”. Tese de doutorado. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

LOPES, Fernanda. Experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer: tópicos em saúde da população negra no Brasil. In: BRASIL, Fundação Nacional de Saúde. Saúde da População negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade. Fundação Nacional de Saúde (FUNASA): Brasília, 2005.

MAIO, Marcos Chor ; MONTEIRO, Simone. Tempos de racialização: o caso da 'saúde da população negra' no Brasil. *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [online]. 2005, vol.12, n.2, pp. 419-446.

MAHER, Cristina Machado. “nem tudo é estar fora”. O movimento de mulheres negras e as articulações entre ‘saúde’ e ‘raça’, Campinas, São Paulo: 2005.

MINISTERIO DA SAÚDE. BRASIL Afroatitude: Primeiro ano do Programa. Coleção DST/Aids – Série Anais, Seminários e Congressos nº 6, Brasília, 2006.

MOORE, Henrietta L. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. Cadernos Pagu: São Paulo, 2000.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. Revista Estudos Feministas, ano 8 v.2, 2000.

OLIVEIRA, Fátima. Saúde da População Negra: Brasil ano 2001, Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde, 2003

PARKER, Richard; GALVÃO, Jane; BESSA, Marcelo Secron.(Org.) Saúde, desenvolvimento e política: respostas frente à Aids no Brasil, Rio de Janeiro: ABIA; São Paulo: Ed. 34,1999.

PINTO, Elizabete Aparecida and Souza, Raquel Etnicidade e saúde da população negra no Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Out 2002, vol.18, no.5, p.1144-1145.

PINTO, Elizabete A. Perspectiva Étnico-Racial na compreensão da epidemia de HIV/Aids: breves reflexões. Disponível em: <http://www.agenciaaids.com.br/site/artigo.asp?id=180#> Acessado em: 20 ago 2008.

POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DA SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA. Diário Oficial da União nº 90, através da portaria nº 992; Caldwell, 2009.

PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano: racismo, pobreza e violência, Brasília, 2005

RAMOS, Sílvia. O papel das ONGs na construção de políticas de saúde: a Aids, a saúde da mulher e a saúde mental. *Ciênc. saúde coletiva*. vol.9, n.4, 2004.

REDE FEMINISTA DE SAÚDE. Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; UNIFEM. Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher. "Igualdade de Gênero e HIV/Aids: uma política por construir". Documento de tendências para subsidiar o Projeto: Igualdade de Gênero na promoção da Segurança Humana no Contexto do HIV/Aids, 2003

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 3, dez. 2008

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing. *Revista Estudos Feministas*. Vol. 3 nº2 Rio de Janeiro, 1995

SANTOS, Sales Augusto dos et al . Ações afirmativas: polêmicas e possibilidades sobre igualdade racial e o papel do estado. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 16, n. 3, dez. 2008

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Educação e Realidade* – V. 16, 1990.

STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade?. *Estudos Afro-asiáticos*. Nº 20, 1991.

VELHO, Gilberto. O desafio da proximidade. In: VELHO, G. e KUSCHNIR, K. (orgs.) *Pesquisas urbanas*. Rio de Janeiro, Zahar, 2003.

VENTURA, Miriam. A epidemia de HIV/Aids no Brasil e os Direitos Humanos. *Boletim ABIA Nº 50*, 2003.

VICTORA, Ceres G.; KNAUTH, Daniela R.; HASSEN, Maria N. A. Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

VILELLA, Wilza. Das Interfaces entre os níveis governamentais e a sociedade civil. In: PARKER, Richard; GALVÃO, Jane; BESSA, Marcelo Secron (Org.) *Saúde, Desenvolvimento e Política: respostas frente à Aids no Brasil*. ABIA, São Paulo, Ed. 34, 1999.

WERNECK, Jurema. O Desafio das lalodês: mulheres negras e a epidemia de HIV/Aids. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn C (Org.) *O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro: Pallas: Criola, 2000.

ANEXOS

ANEXO I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa intitulada: “Organizações do movimento negro e de mulheres negras do Rio Grande do Sul e a epidemia de HIV/Aids na população negra”, está sendo realizada por Simone Vieira da Cruz, mestranda em saúde coletiva, do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UNISINOS. A pesquisa se propõe a examinar que lugar a temática de HIV/Aids ocupa nas práticas das Organizações do Movimento Negro e de Mulheres Negras e qual a perspectiva das mesmas em relação à vulnerabilidade da população negra ao HIV/Aids. Farão parte desse estudo quatro organizações do Estado do Rio Grande do Sul.

Você está sendo convidado a participar desta pesquisa enquanto representante de sua organização. Sua participação se dará através de entrevista, ou seja, através de uma conversa sobre o tema explicitado acima. Você responde livremente às perguntas colocadas pela entrevistadora, podendo deixar de responder algumas ou mesmo interromper a participação na pesquisa a qualquer momento, sem que isso lhe cause qualquer consequência.

As entrevistas serão gravadas, realizadas em local e data que você preferir, a serem combinados com a pesquisadora.

Os resultados dessa pesquisa serão divulgados exclusivamente para fins científicos. Seu nome não será revelado. No entanto, é importante ressaltar que, pelo fato de serem entrevistadas, para esta pesquisa, pessoas atuantes do movimento negro e de mulheres negras, tanto elas quanto a organização a qual pertencem talvez sejam de fácil identificação, ainda que seus nomes sejam mantidos em sigilo.

Espera-se que esses resultados contribuam para a discussão sobre a epidemia de HIV/Aids na população negra tanto no interior do movimento negro quanto na formulação de políticas públicas. Nesse caso, solicitamos sua autorização para que possamos divulgar nos resultados do estudo os nomes das organizações, garantindo a confidencialidade dos nomes dos entrevistados, bem como quaisquer outros tipos de identificação.

A sua participação é muito importante. Ficamos a disposição para quaisquer esclarecimentos necessários, através do telefone: 51-9885.8955 e e-mail: svieiradacruz@gmail.com

Este documento está em duas vias. Uma delas é sua e a outra ficará com a pesquisadora responsável.

Após os esclarecimentos acima, eu, _____, aceito participar desta pesquisa.

Assinatura do/a Entrevistado/a

Assinatura da Entrevistadora

Porto Alegre, ____/____/____.

ANEXO II

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Dados de Identificação

Nome:

Idade:

Ocupação:

2. Relação com o Movimento Negro

Como ingressou na Organização atual:

Tempo que integra a Organização:

Já integrou outras organizações antes:

Função atual e atividades que desenvolve:

Falar sobre a organização a qual pertence (tempo de existência, localização, se a sede é própria, sedida, alugada, público atendido).

3. Atividades desenvolvidas

Que tipo de atividades a organização desenvolve, em que linhas (educação, saúde, jurídica, etc.), agendas prioritárias (investigar projetos atuais e projetos já realizados, quem é responsável pela execução, distribuição de tarefas).

Quem são os parceiros, como se estabelecem as parcerias (incluir financiamentos).

Onde são realizadas as atividades.

4. Saúde e vulnerabilidade ao HIV/AIDS

Quais ações são promovidas na área da saúde. Elas implicam em articulações em nível local, nacional? Como passaram a desenvolver essas ações? Qual lugar essas ações ocupam na organização? Como e por quem elas são discutidas? Quem as realiza?

Ações voltadas ao HIV/Aids. Elas implicam em articulações em nível local, nacional? Como passaram a desenvolver essas ações? Qual lugar essas ações ocupam na organização? Como e por quem elas são discutidas? Quem as realiza?

Vulnerabilidade da população negra à epidemia de HIV/Aids: o que, como e se é discutido, quem discute, em que fóruns essa pauta aparece.

RELATÓRIO DE CAMPO

1. Ponto de Partida

O interesse em estudar a temática proposta neste estudo está diretamente relacionado à minha trajetória profissional. A partir de minha inserção na Associação Cultural de Mulheres Negras no final do ano de 2004 tive a oportunidade de trabalhar em diferentes projetos sociais/comunitários e de pesquisa, onde a epidemia de HIV/AIDS era o foco. O primeiro trabalho foi em um estudo intitulado *"Observatório de Políticas Públicas de Combate ao HIV e AIDS sob a perspectiva de Gênero e Raça em Porto Alegre"*, realizado entre os anos de 2004 e 2005, este estudo teve o financiamento da UNIFEM e se propôs a analisar através de grupos focais as condições dos bens de saúde da comunidade, com articulação junto a lideranças comunitárias e profissionais de saúde.

A partir deste muitos outros trabalhos foram realizados, oficinas de prevenção AIDS com mulheres e adolescentes, capacitação de mulheres para trabalhar com orientação e informação sobre prevenção, todo o trabalho realizado dentro editais de projetos financiados pela UNESCO através da Secretaria Estadual de Saúde - Coordenadoria de AIDS com apoio e parceria de outros órgãos públicos e/ou não-governamentais.

No ano de 2005, com a abertura de um edital lançado pelo Programa Nacional de DST e AIDS do Ministério da Saúde, dentro do Programa Estratégico e Ações Afirmativas: população negra e AIDS propõem trabalhar a construção de respostas a epidemia de AIDS dentro de um conceito de ações afirmativas de forma interdisciplinar. Conforma-se neste momento uma parceria entre o Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACi) da Universidade Federal do RS e a Associação Cultural de Mulheres Negras (ACMUN), que resultou na publicação: *"Saúde da População Negra como Ação Afirmativa: estratégias de enfrentamento ao HIV/Aids na perspectiva de entidades do movimento negro na Região Sul do Brasil"*⁴

Este trabalho objetivou mapear as organizações e militantes do movimento negro na Região Sul do Brasil que atuam na área de saúde, especificamente HIV/AIDS, analisando aspectos de suas trajetórias históricas, identificando seus

⁴ Trabalharam nesta pesquisa: Simone Cruz, Laura López, Daniel Etcheverry, Miriam Vieira (pesquisadores) e Denise Jardim (coordenadora)

formatos organizativos e tipos de trabalhos desenvolvidos, assim como configuração de redes de atuação. Um dos seus principais resultados foi a evidência do protagonismo das organizações de mulheres negras no trabalho com HIV/AIDS. (CRUZ et al, 2008). Lançava-se então a principal questão que deu origem ao estudo aqui proposto.

O projeto apresentado no Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva da UNISINOS, objetivava explorar mais esse campo da saúde da população negra através do trabalho com HIV/AIDS, a idéia inicial era dar continuidade ao estudo citado, trabalhando somente com as organizações de mulheres negras, buscando estudar esse campo para compreender o porquê desse protagonismo das organizações de mulheres negras na área da saúde, especialmente de HIV/AIDS.

Ao longo do primeiro ano, pude trocar idéias sobre a pesquisa com diferentes pessoas, sobretudo com minhas orientadoras (no primeiro semestre, Stela Meneghel seguida de Paula Sandrine Machado e atualmente com Laura López) e, após participar de diferentes atividades, ampliar meu ponto de vista, definindo assim, direcionar a pesquisa para um aspecto, mais voltado para as relações políticas (entende-se aqui as relações de gênero como relações políticas) implicadas na constituição do campo de saúde da população negra, envolvendo para além das organizações de mulheres negras, as organizações do movimento negro compostas por homens e mulheres.

Partindo do pressuposto que mulheres negras e homens negros experienciam o racismo de forma distinta o projeto de pesquisa defendido inicialmente se propunha a investigar os discursos e as práticas de organizações de mulheres negras e de organizações mistas (constituídas por homens e mulheres) do movimento negro do Rio Grande do Sul no que se refere à vulnerabilidade da população negra ao HIV/AIDS e ao lugar dado a essa temática em suas agendas.

Assim, procurei através do roteiro de entrevista elaborar perguntas que respondessem como as organizações trabalhavam e, se trabalhavam com a temática de saúde, em particular com HI/AIDS e como estavam organizadas institucionalmente. A banca de qualificação do projeto de pesquisa sugeriu alguns acréscimos em termos de marco teórico, propondo trabalhar conceitos de movimentos sociais.

Parti para o trabalho de campo. A partir das perguntas elaboradas no roteiro de entrevista, passei a entrevistar ativistas do movimento negro e de mulheres

negras na cidade de Porto Alegre. O primeiro contato efetivado com um militante do movimento negro misto reforçou minha idéia de trabalhar o campo da saúde da população negra a partir da perspectiva de gênero. Ao introduzir a conversa, a fim de explicar a pesquisa e combinar o dia da entrevista, o ativista me disse: *“eu não entendi porque tu me procurou, porque a área da saúde é com a Silvia e a Geneci, eu sou coordenador político”*.

Ainda que neste momento, a possibilidade de entrevistá-lo pudesse estar rompida, insisti no fato de conversar com ele, e acordamos que mealaria sobre a organização que ele integra de uma maneira geral, mesmo que meu trabalho fosse especificamente sobre saúde, que sobre esta temáticaalaria com as pessoas que ele havia indicado. O que chamou mais atenção foram falas que de certa forma respondiam como estava estabelecida a relação entre homens e mulheres no interior do movimento negro, sobretudo do movimento negro misto. E assim, no decorrer do trabalho de campo, procurei questionar as mulheres, integrantes do movimento negro sobre como encaravam essa “divisão de tarefas” baseada no gênero.

Durante a entrevista com o mesmo ativista, outro aspecto que me chamou a atenção foi à noção de que a estrutura organizativa de ONG, identificada com as organizações de mulheres negras, é vista como “aliada” ao Estado. Cabe dizer que a organização a que ele pertence identifica-se com outro modo organizativo, tido como o “verdadeiro” movimento social.

Desse modo, no contexto dos movimentos sociais, há características distintas que se relacionam ao surgimento e ao desenvolvimento das ONGs, delimitando um campo específico de construção de identidades que as diferencia de outras formas associativas, como sindicatos, associações ou os grupos de base religiosa ou política e inclusive das formas que são tidas e vistas como organizações “típicas” dos movimentos, caracterizadas por uma hierarquia interna, por não receber financiamentos externos (quer dizer, do Estado, de Fundações).

Diante desse contexto, a análise desse estudo é orientada a partir de três marcos teóricos. Os estudos de gênero, que consideram que as relações entre homens e mulheres, são relações políticas, construídas socialmente (SCOTT, 1990). Os estudos sobre os movimentos sociais, que os definem como ações coletivas produzidas previamente por conflito (IBARRA, 2000), sendo que essas ações são levadas a cabo por diferentes atores sociais coletivos, pertencentes a diferentes classes sociais (GOHN, 2008).

1.2. Inserção em campo: implicações da militância na prática de pesquisa

A oportunidade de escrever sobre essa temática me permite inverter a posição de militante para pesquisadora, embora busque falar enquanto uma observadora participante. Na trajetória de campo relato fatos muitas vezes vivenciados por mim enquanto integrante de uma organização de mulheres negras.

Bonetti e Fleischer (2007), ao proporem o Simpósio Temático “Entre pesquisar e militar: contribuições e limites dos trânsitos entre pesquisa e militâncias feministas” no Seminário Internacional Fazendo Gênero 2006⁵, lhes instigava discutir a relação de militantes que entram na academia, tanto quanto de pesquisador/as que se tornam militantes e o despertar de sentimentos e negociações que permeiam essa relação.

Vivenciei essa situação, enquanto militante do movimento de mulheres negras, integrante de uma ONG, que passa a analisar seu universo, o “movimento negro” enquanto pesquisadora. Uma gama de sentimentos emergem. Uma das questões que mais me inquietou desde o início da pesquisa foi de caráter ético e metodológico, uma vez que faço parte de uma das organizações pesquisadas. Diversos questionamentos em torno de como abordar a temática proposta a partir de um estudo em que implicaria analisar minha própria prática e a de pessoas que mantenho uma relação tanto profissional quanto pessoal, assim como o desejo de realizar um estudo crítico com o intuito de contribuir com o movimento negro e de mulheres negras, causaram certo desconforto em alguns momentos no trabalho de campo.

O esforço em tornar essa prática cômoda, uma vez que estava em uma posição de dentro do universo pesquisado, por alguns momentos fracassou. A questão essa que me desafiava desde o início da pesquisa era a de que, por conhecer as pessoas muito proximamente me colocaria em algumas situações de constrangimento, uma vez que temia ter dificuldade em não conseguir dar conta da diferenciação entre militância e pesquisa.

⁵ Este Simpósio Temático resultou na publicação de um Dossiê de mesmo nome, organizado por Soraia Fleischer e Aline Bonetti em 2007.

O primeiro contato efetivamente com o campo, se deu durante minha participação na II Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial, ocorrida no City Hotel, em Porto Alegre, entre os dias 22 e 24 de maio de 2009. A Conferência teve como propósito tirar e aprovar propostas locais para a Conferência Nacional, que ocorreu no mesmo ano, em Brasília.

Neste espaço pude fazer os primeiros contatos. Solicitando telefones das pessoas que não tinha. Na semana seguinte entrei em contato também por e-mail, informando sobre a pesquisa e o interesse em falar com elas.

Assim, busco identificar o lugar dado as mulheres no interior do movimento negro a partir da análise do campo da saúde da população negra, entendendo que poderei contribuir com uma reflexão intrínseca ao campo da militância, ao problematizar as relações de gênero neste universo.

2. Percurso da pesquisa: de aspectos éticos a metodológicos

O percurso tomado para a realização desta pesquisa será relatado passo a passo desde a aprovação do estudo, entrada em campo, questões metodológicas, até a forma como os dados foram sistematizados. No que se refere aos aspectos éticos, este projeto foi analisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, e cumpriu todos os requisitos da Resolução nº. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

As pessoas que aceitaram participar dessa pesquisa enquanto representantes de suas organizações/entidades/instituições assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo I do projeto), contendo as informações relativas ao estudo e aos seus objetivos. Pelo fato de serem entrevistadas pessoas conhecidas do movimento negro e de mulheres negras, na negociação com os entrevistados foi esclarecido no termo que, a Organização a que o mesmo pertence seria identificada. Entretanto, o nome da pessoa que concedeu entrevista não seria revelado, garantindo a confidencialidade do mesmo.

No que se refere às organizações pesquisadas, foi realizado um contato prévio por telefone e e-mail com a coordenação das entidades, onde foi informado sobre a realização do estudo e os objetivos do mesmo e solicitado um encontro pessoal para maiores explicações. Neste contato, foi mais uma vez esclarecida a

pesquisa e solicitada assinatura de um Termo de Ciência para a realização da mesma com a instituição (anexo II), termo este exigido pelo Conselho Nacional de Ética em Pesquisa, vinculado ao Conselho Nacional de Saúde, como critério para cadastrar a pesquisa no referido órgão.

As entrevistas foram gravadas e o roteiro de perguntas foi seguido de maneira informal, também foram registradas informações relacionadas ao contexto em que estava sendo realizada a entrevista em diário de campo.

Ainda assim foi realizada observação-participante no mês de julho de 2009 na reunião de planejamento estratégico da Rede Lai Lai – População Negra e AIDS (dias 9 e 10/7); na Reunião da Rede de Controle Social e Saúde da População Negra (nos dias 11 e 12/7); assim como no II Curso de Extensão em Saúde da População Negra (nos dias 15 e 21/7).

Cabe neste momento ressaltar ainda que, os dados para análise foram obtidos tanto do trabalho de campo realizado especificamente para essa pesquisa, quanto são produtos de uma pesquisa realizada anteriormente em uma parceria entre a Associação Cultural de Mulheres Negras e o Núcleo de Antropologia e Cidadania da UFRGS, que originou a publicação “Saúde da População Negra como Ação Afirmativa: Estratégias de Enfrentamento ao HIV/AIDS na perspectiva de entidades do movimento negro na Região Sul do Brasil. (CRUZ et al, 2008)

3. Universo Pesquisado

A fim de compreender a pluralidade no contexto do qual se refere este estudo, o movimento negro e de mulheres negras, as organizações, redes e ativistas entrevistados serão contemplados a partir de suas formas organizativas. Atenta-se ao fato que a distribuição a partir de seus formatos foi uma escolha metodológica, considerando que um dos objetivos do estudo é identificar as ações prioritárias nas agendas dessas organizações, pressupondo-se que exista uma relação entre suas agendas e as estruturas do movimento negro e de mulheres negras.

O movimento negro a que nos referimos está organizado a nível estadual e nacional, entretanto, os militantes que fazem parte deste estudo, foram entrevistados em Porto Alegre, cidade onde também está localizada a sede de suas organizações. Mesmo apresentando-se com âmbitos de atuação e estruturas diferenciadas, que

em muitos momentos gera tensões, observa-se que as organizações mantêm um diálogo permanente que perpassa a discussão racial. Esse diálogo gira em torno de um objetivo que é a defesa de uma sociedade mais digna para a população negra brasileira, sobretudo no contexto em que estão inseridos. No Rio Grande do Sul, maior estado da Região Sul, prevalece historicamente uma imagem de perfil étnico-racial tido como branco e europeu. Esta condição produz uma invisibilidade social do racismo no estado, reforçando a segregação social e espacial da população negra (CRUZ et al, 2008).

Utilizando dados da pesquisa realizada anteriormente podemos observar diferentes formas de organização e de focos de atuação dessas entidades. Assim, as Organizações-Não-Governamentais (ONGs) contatadas nesta pesquisa foram as organizações de mulheres negras, Associação Cultural de Mulheres Negras (ACMUN) e Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras. Outro formato organizativo identificado foi o de Organização Social (conforme definição de um dos ativistas entrevistados), nesse caso participaram a União de Negros pela Igualdade (UNEGRO) e o Movimento Negro Unificado (MNU).

Estruturamos a apresentação a partir da forma organizativa das mesmas. Iniciaremos pelas organizações mistas. O MNU e a UNEGRO estão identificados neste estudo como organizações mistas, por serem constituídas tanto por homens quanto por mulheres. As duas entidades têm escopo nacional, mantendo uma coordenação nacional e outra estadual. No caso do MNU, existe ainda uma coordenação municipal a cargo de uma mulher, que também foi uma das entrevistadas nesta pesquisa.

No caso de Maria Mulher, suas ações são realizadas na Vila Cruzeiro do Sul com foco na questão da violência, e a partir da violência discutem outras temáticas, como HIV/AIDS, racismo, gênero, etc. Já ACMUN desenvolve seus projetos no bairro Restinga, com foco na área da saúde. A organização, segundo uma de suas integrantes: “se especializou em AIDS”, eixo de todas as suas ações.

Observa-se que as organizações de mulheres negras, embora tenham atuado ou ainda atuem em outras áreas, seus trabalhos giram em torno da saúde, no entanto apenas ACMUN trabalha especificamente com a temática de AIDS.

3.1 Organizações do movimento negro mistas

Nesse tópico, mencionarei algumas particularidades da forma organizativa e de ações prioritárias a partir do ponto de vista dos entrevistados de duas organizações do movimento negro mistas, ou seja, integradas por homens e mulheres negras. Além disso, são duas entidades reconhecidas e disseminadas em nível nacional. Surgidas entre o final dos anos 70 e meados dos 80, esse tipo de entidade foi denominada de “movimento negro de base filiativa” e seu surgimento propunha a atuação em nível nacional com intervenção em políticas de estado em prol da população negra brasileira. O conjunto dessas entidades e/ou organizações negras buscava fundamentalmente dar visibilidade às manifestações racistas a que a população negra era submetida, desconstruindo “o mito da democracia racial” defendida pela sociedade brasileira branca.(CRUZ et al, 2008)

3.1.1 Movimento Negro Unificado - MNU

O MNU surgiu em Porto Alegre nos anos 80. Dos militantes entrevistados alguns integram o movimento desde o início e outros em anos mais recentes. O MNU atua em diversas áreas, como saúde, educação e trabalho como demandas em políticas públicas. Com uma coordenação horizontal, segundo referido por um dos seus integrantes, “todos estão no mesmo nível”, existe em nível estadual uma tesoureira, uma coordenadora de comunicação, um secretário executivo, um coordenador jurídico e um coordenador político. Foram entrevistados dois integrantes da coordenação estadual e uma da coordenação municipal na cidade de Porto Alegre. O momento em que os entrevistados entraram para o movimento negro diferencia-se. Dois deles desde o início de criação do movimento e a terceira entrevistada em anos mais recentes.

Realizei uma entrevista com o produtor cultural, Arnaldo, um dos coordenadores estaduais do MNU, responsável pela formação política dos militantes da organização. Ele é militante do Partido dos Trabalhadores. A entrevista foi marcada na associação dos moradores do campo da Tuca, onde o ativista também faz parte.

No início da conversa Arnaldo falou sobre os anos em que morava no bairro, e o trabalho que desenvolve na associação, sendo este também um espaço onde realizam atividades, do MNU. Durante a conversa, referiu que a luta de combate ao

racismo, não esta na cor da pele, e sim na consciência das pessoas, uma vez que, por exemplo, no caso das cotas da UFRGS, viu muitos alunos brancos envolvidos, em defesa da aprovação das cotas. Sobre este fato, Arnaldo refere:

...não basta ter toda a fenotipia. Muitos negros tem toda a fenotipia negra, tem o cabelo carapinha, tem o nariz não sei o que, tem o lábio não sei do que outro, a pele não sei o que outro, entendeu? agora tem muitos que até se envolvem, quando vê estão nas reuniões que o MNU chama, mas nunca se filiam no MNU, porque não se sente né, entendeu? vai lutando pelas cotas por exemplo, mas não dedica a sua vida, como a causa. E às vezes tem outro que não tem a fenotipia e está dedicado, porque tem na sua subjetividade, estão contaminados subjetivamente por esse envolvimento, né? Pela injustiça, pelo sonho, pela utopia né? de ver um mundo fraterno, a questão dos direitos humanos.

Questionado sobre em que momento passou a integrar o movimento negro, o ativista refere que começou a participar aos poucos, ou seja, era atuante do movimento comunitário, e aos poucos foi inserindo-se na causa racial, isso foi no ano de 1980, e desde então milita no movimento negro unificado, tendo se afastado durante um período, mas retornado alguns anos depois onde se mantém.

Sobre o MNU, Arnaldo o define como sendo uma “organização social”, porque têm uma “postura de classe e defesa intransigente”.

Como já havia acordado com o entrevistado que não entraria no assunto sobre saúde, uma vez que já me informara que este era com outras pessoas da organização, cumpri o acordo. No entanto, observo que Arnaldo tem uma pasta de um Seminário recentemente realizado, sobre AIDS e Religião. Antonio me diz que ele foi ao Seminário, e viu que muitos religiosos substituem os médicos nas comunidades, que este foi um seminário muito importante. Ele sempre pega os materiais para colocar na biblioteca da Associação.

Antônia, também integrante do MNU, atualmente coordenadora da entidade a nível municipal, funcionária do Grupo Hospitalar Conceição (GHC), que é formado ainda pelos Hospitais Fêmima, especializado em obstetrícia e o Hospital da Criança Conceição, Antônia trabalha há 22 anos no Grupo, e no momento da entrevista também coordenava a Comissão Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (CEPPIR) deste Grupo Hospitalar, lugar onde conversamos. Uma pequena sala, localizada no prédio do Hospital Cristo Redentor onde trabalham em média quatro pessoas, todas funcionárias do Grupo Hospitalar realocadas para atuarem na

comissão. Essa comissão foi criada no ano 2003 por um grupo de trabalhadores do GHC e militantes do movimento negro para questionar o racismo nas instituições de saúde e demandar ações dentro do hospital, como por exemplo, a formação de profissionais sobre a aplicação do quesito raça/cor no atendimento em saúde, políticas de cotas para o ingresso de negros nos cargos profissionais do hospital. Antônio refere que foi o fato de ser do MNU que a qualificou para debater questões relacionadas a população negra no interior do GHC. Na entrevista realizada com a ativista foi visível a fusão de suas ações entre a militância no MNU e a atuação na CEPPIR.

A conversa com Antonia durou em torno de 3 horas, devido a diversos momentos de pausa, pelo fato de ter sido realizada durante seu horário de trabalho. Antonia refere que aquele era um momento importante, o de sua gestão na CEPPIR, uma vez que era a primeira vez que uma mulher estava na coordenação. Menciona que conseguiu realizar diversas atividades, e que se sentia forte, pois não se imaginava capaz.

A conversa com a ativista foi tranqüila, em tom de bate-papo, no entanto por muitas vezes me confundia quando ela falava enquanto integrante do MNU ou enquanto coordenadora da CEPPIR. Quando a questioneei como gestionava sua atuação em esses dois espaços, referiu que é uma confusão em sua cabeça, diz que muitas vezes tem que parar e respirar fundo, pois no GHC é uma gestora, e só pôde aceitar o cargo porque é funcionária da instituição, porque o contrario não é permitido pelo estatuto do movimento, ou seja, ser militante e se tornar gestora. Pelo fato de formar parte do MNU, os seus integrantes não podem aceitar cargos políticos.

Antônia passou a integrar o MNU através do contato com um amigo de muitos anos em uma atividade em que participaram tanto MNU quanto a CEPPIR, desde então passou, segundo ela, por um processo de avaliação ate se filiar a organização. O mesmo tom de paixão mencionado na fala de Arnaldo quando se refere ao MNU, é percebido na fala de Antonia. Refere que o MNU é um grupo que trabalha as questões de maneira muito forte, muito bem pautadas, *“uma maneira que exige e não pede”* e por isso justificam o fato de não pleitearem cargos em espaços de governo.

Janete, outra integrante da coordenação estadual do MNU entrevistada, é funcionária pública Federal, no Ministério da Saúde, atualmente trabalhando na

coordenadoria da Regional de Saúde localizada na cidade de Caxias do Sul, cidade onde também reside. Em Porto Alegre, também faz parte da coordenação do Sindicato dos Trabalhadores Federais da Saúde, Trabalho e Previdência do Rio Grande do Sul (SINDISPREV/RS).

Janete refere que participa do MNU desde sua criação, e que é a responsável pela comunicação entre os integrantes através da internet, além de atuar como relatora em algumas reuniões passando a informação depois para todos os participantes.

A ativista me recebeu para conversarmos em uma sala na sede do SINDISPREV, lugar que também foi mencionado por Arnaldo como um espaço que realizam atividades do MNU, através do contato de Janete. Ela menciona que as ações em saúde no MNU são principalmente palestras e oficinas que realiza em relação à prevenção de DST/HIV/AIDS, em bairros periféricos de Porto Alegre e de Caxias do Sul.

Janete é responsável pela comunicação e faz parte da coordenação estadual do MNU.

3.1.2 União de Negros pela Igualdade (UNEGRO)

A União de Negros pela Igualdade (UNEGRO) é uma entidade de caráter nacional criada por ex-fundadores do MNU. Interessante ressaltar que foi possível entrevistar somente uma pessoa dessa organização, no caso Luis Carlos, autônomo, 47 anos, militante não fundador, mas com uma trajetória dentro da organização desde meados dos anos 90 e atualmente coordenador da organização no estado do RS. A entrevista com o ativista foi realizada na Bancada Estadual do PCdoB na Assembleia Legislativa do Estado, partido de filiação do militante e segundo ele, também via pela qual conheceu a UNEGRO e passou a militar. A entrevista foi realizada em uma pequena sala anexa a recepção, uma espécie de depósito de materiais impressos, com várias caixas empilhadas, tinha ainda uma mesa com computador e telefone. Ali nos acomodamos e ficou evidente que aquele espaço utilizado especialmente por Luis Carlos. Nossa conversa foi interrompida algumas vezes por telefonemas e pessoas que entravam na sala.

Apesar de entrar na UNEGRO nos anos 90, ele já militava no interior do estado, na cidade de Rio Grande, cidade onde nasceu, mas sua militância estava relacionada mais ao movimento estudantil. Sua trajetória até chegar a Porto Alegre e conhecer a UNEGRO, é perpassada por períodos de desemprego, violência policial e desilusão com a militância negra. Luis Carlos refere que não tinha consciência do racismo, pois convivia com muitos brancos e não compreendia comportamentos racistas como tais. Menciona que foi através de sua aproximação com a militância negra na capital que passou a ter acesso e a entender outras formas de manifestação do racismo. Referindo que a luta racial deve ser em torno de buscar representatividade da população negra em espaços de decisões do estado brasileiro.

Conforme Luis Carlos, a UNEGRO pode ser definida como “*uma entidade do movimento social, ampla, pluri-religiosa e pluri-partidária*”. Com representação em 23 estados do país, na visão da organização, a inserção de seus membros em diferentes áreas colabora para o desenvolvimento e crescimento da mesma, através da aproximação de mais pessoas e ampliação das áreas de atuação, conforme relata Luis Carlos: “a entidade atualmente conta com pessoas de diferentes campos religiosos e políticos e desde militantes de nível primário até intelectuais que contribuem em áreas como saúde, educação e cultura”.

Ao ser questionado se dentre as áreas mencionadas existe uma que seja prioridade na agenda da organização, o integrante responde que não, que a UNEGRO não obtém uma agenda prioritária, mas sim trabalha com foco nas políticas de reparação e, sobretudo, de inclusão da população negra na educação, mercado de trabalho e saúde.

Sobre a forma de atuar nessas áreas, Luis Carlos, considera essa uma problemática a ser trabalhada pela organização, menciona que o crescimento da entidade, por um lado é extremamente positivo pelo fato de agrupar novas pessoas, mas por outro os coloca diante de novos desafios, conforme refere:

...estamos num momento assim de buscar profissionalizar pessoas dentro da entidade, com o objetivo não de tornar a entidade uma ONG, mas de profissionalizar pessoas dentro da entidade para captar recurso e pra gente fazer mais curso de formação, aproximar mais o nosso povo e poder estar entrando mais no dia-a-dia da demanda, do trabalho efetivo das políticas de ação afirmativa (...)

Um possível receio em tornar a entidade uma Organização-Não-Governamental, demonstra uma visão ambivalente quanto às ONGs, formato que, por um lado, facilita o acesso aos recursos e consegue manter uma estrutura de funcionamento, mas, por outro, mantém uma relação estreita com o governo que as submetem a agir com critérios pré-determinados por órgão governamentais, como é exposto posteriormente por Luis Carlos em relação a uma atividade em que a UNEGRO participou:

Estamos aí agora com esta parceria do seminário de apresentação da política de saúde da população negra que vai acontecer dia 15, apesar da nossa logomarca ter sido tirada por uma questão política. É o seminário de saúde da população negra, que é uma parceria entre governo federal e o governo do estado com algumas ONGs, mas por uma disputa que a gente tem com o governo do estado, o governo do estado fez várias exigências na questão da organização e a UNEGRO não está colocando a sua logomarca lá.

Em relação à atuação da UNEGRO na área de saúde, Luis nos diz que, tem “duas companheiras” que são da área e que a partir destas a entidade entende que a saúde deve ser trabalhada não somente com foco na Anemia Falciforme (doença genética e hereditária originária da África com alta prevalência na população negra), mas pensando na saúde integral da população negra. É nesse sentido, segundo o militante, que a entidade se propõe trabalhar. Refere ainda que para ele foi novidade saber através da participação em eventos sobre a temática que as mulheres negras tem predisposição a miomas uterinos e os homens negros terem maior prevalência a hipertensão arterial.

Torna-se importante salientar a forma como as temáticas são inseridas na organização, como por exemplo, a questão da homossexualidade, Luis Carlos refere que a UNEGRO vem nos últimos anos abrindo o leque de temas que antes não abordavam como a questão da diversidade sexual. A inclusão dessa temática se deu a partir da sugestão de uma militante do movimento de lésbicas que procurou a entidade. Assim, o grupo passa a incluir a temática em sua agenda. Luis considera que esta é uma maneira de desvincular a idéia que a entidade esta relacionada ao um partido político, rompendo com a idéia de partidarização.

Sobre outras ações desenvolvidas pela UNEGRO, Antonio menciona que a entidade está à frente de várias atividades, articuladas com outras organizações do movimento negro, entre elas a Marcha Zumbi dos Palmares – contra o racismo, pela

cidadania e a vida - essa marcha foi organizada pelo movimento negro e realizada pela primeira vez em 1995 em Brasília para ser um marco pela morte dos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, na ocasião foi entregue ao Presidente da República na época, Fernando Henrique Cardoso, documento reivindicatório apresentando propostas concretas de políticas públicas para a inclusão da população negra na sociedade brasileira, dez anos depois, em 2005 a foi realizada a segunda edição. Segundo Luis Carlos esta ação já passou por vários momentos e o número de pessoas que saem as ruas no dia 20 de novembro demonstra a força do movimento, por isso é importante a articulação de diferentes entidades, unidas por uma mesma causa, e exemplifica:

“(...) São Lourenço tem um acampamento de cultura afro, que acontece há nove anos, os últimos cinco anos eu acompanhei, os últimos cinco anos eu acompanhei, estava vazio, já estava se esvaziando porque não tinha novidade. Aí nós fizemos uma articulação com o companheiro Gilmar que trabalha na Prefeitura, com a Verinha, que foi uma das pensadoras do acampamento junto com o Pernambuco e propusemos pra ela assim: Verinha, eu vou trazer pra cá, pra dentro do acampamento alguns seminários, a parte cultural tu cuida, que é do que elas gostam, dança e tal, a parte política a gente consegue trazer, aí levamos o fórum de religiosos de matriz africana que se articula na região metropolitana pra fazer um seminário lá, fizemos várias mesas de debate, conseguimos levar o Senador Paulo Paim, botamos 290 pessoas no acampamento. Isso já deu um impacto na cidade, porque? Porque o Prefeito também já não acreditava nas ações do movimento negro e disse que pro ano que vem tem uma verba de 50 mil reais para a realização do 10º acampamento, então quer dizer: uma saída de alguém que vem de Porto Alegre, que vem de Pelotas, grupinhos pequenos, mas que juntos já tem recursos para eles poderem fazer o 10º acampamento com qualidade.”

É possível observar na fala de Luis um entendimento do que é político e o que não é. Entendendo-se a partir da fala do militante que as ações dessa organização se organizam a partir das relações de gênero.

Conforme expressou o militante, a UNEGRO não possui uma agenda prioritária e trabalha no sentido de aglutinar forças com outros setores do movimento negro a fim diferentes setores, para uma política de inclusão da população negra.

3.2 Organizações de Mulheres Negras

Apontarei neste tópico as particularidades das organizações de mulheres negras a partir das duas organizações escolhidas para esta pesquisa, entendidas a partir da fala das entrevistadas. As organizações de mulheres negras foram criadas com o objetivo de independizarem-se e definirem suas próprias agendas.

3.2.1 Associação Cultural de Mulheres Negras (ACMUN)

Entrevistei Edna, 39 anos, enfermeira, filha da fundadora da ACMUN já falecida, militante por influência de sua mãe desde muito jovem. Funcionária da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre desde 1996, Edna coordena a Política Municipal de Saúde da População negra desde 2009.

A entrevista com Edna foi realizada no Centro de Saúde Vila dos Comerciários, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, instituição a qual militante também é funcionária. Enquanto integrante e colega de organização de Edna, tornou-se esta uma experiência interessante. Ela foi uma das últimas pessoas das quais consegui conversar, tanto que sua entrevista foi realizada uma semana antes de embarcar para o programa sanduíche.

Nossa conversa foi realizada no início da manhã. Chegando ao local, Edna levou-me até sua sala ampla com uma mesa, computador e telefone. Essa sala dá acesso a uma outra sala, uma espécie de depósito de medicamentos. Custamos a chegar ao ponto de conversarmos sobre o objetivo da pesquisa, Edna me falou sobre as dificuldades que estava enfrentando em sua gestão como coordenadora da política, depois conversamos sobre sua filha, e minha preparação para a viagem, extremamente em tom de amizade. Quando me dei conta que a hora passava e que necessitávamos conversar sobre o objetivo da pesquisa, já passava-se uma hora e 30 minutos desde de minha chegada, considerando que teríamos até as 12h.

Iniciei questionando Edna sobre o processo que a fez chegar coordenadora da política, pois entendia que aquele era um papel importante tanto para a ACMUN quanto para o movimento negro em geral. Edna me disse que o fato de estar na coordenação da política foi uma articulação do movimento negro, através da comissão municipal de saúde da população negra, vinculada ao conselho municipal

de saúde. Ela menciona que está sendo um desafio para ela, uma vez que existem muitas dificuldades, tanto financeiras (por falta de orçamento próprio) quanto estruturais. Atualmente tem uma mesa e um computador dentro da Assessoria de Planejamento - ASSEPLA da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), no centro de Porto Alegre. Edna divide sua semana, em dois dias fica no centro de saúde da vila dos comerciários e outros três na secretaria, até resolver sua situação funcional.

Após conversarmos sobre as ações que vem desenvolvendo enquanto coordenadora da política, passamos a conversar sobre a ACMUN. Nesse momento eu referi a Edna que queria que ela falasse a partir de então enquanto integrante da ACMUN. Fizemos uma pausa, tomamos um chá. Ao voltarmos a conversar, fomos interrompidas por fiscais do Ministério da Saúde que estavam verificando as instalações do posto, junto com os fiscais estava Nilza, do SINDISPREV/RS, e madrinha de Jaqueline, irmã de Edna.

Durante a conversa me senti a vontade devido a proximidade que mantemos por sermos da mesma organização. No entanto, também percebi que Edna estava tão à vontade, que me deu a impressão de não se dar conta que precisamos conversar sobre o objetivo que era a minha investigação.

Em relação à ACMUN, ressalto que foram utilizados dados tanto da entrevista atual, quanto de estudo já mencionado realizado anteriormente.

A ACMUN foi constituída formalmente em 1994. A entidade está definida, conforme seu estatuto como associação anti-racista e feminista, civil sem fins lucrativos, independente de qualquer vínculo político-partidário ou religioso. Na entrevista, Elaine menciona que o foco de trabalho da associação é saúde, especialmente projetos desenvolvidos de prevenção de HIV/AIDS. Dentre os projetos, o que vem sendo desenvolvidos há mais tempo é o Seminário Lai Lai Apejo, que é um encontro entre várias organizações que discutem a questão da AIDS objetivando fortalecer os mecanismos de controle social e de intercâmbio internacional, já que participam pessoas de outros países (do Cone Sul, dos Estados Unidos, e do continente africano).

Outros projetos foram citados por Edna como uma campanha institucional de prevenção de DST/AIDS dirigida a população negra, nos ônibus da cidade de Porto Alegre, com *gingle* tocado nas rádios e confecção de camisetas, o projeto mulheres multiplicadoras, no qual eram foram capacitadas mulheres moradoras dos bairros Restinga e Bom Jesus, comunidade periférica de Porto Alegre para abordar a

população local sobre a importância da prevenção, distribuindo folhetos informativos e preservativos; Projeto Sala da vida, onde mulheres faziam o mesmo trabalho de falar sobre prevenção com as pessoas, só que nas salas de espera dos postos de saúde e com enfoque na violência doméstica, mais tarde este projeto se expandiu e foi realizado durante um ano na Delegacia da Mulher de Porto Alegre. O projeto Cabrochinhas e Prevenção em Ação trabalharam com meninas adolescentes moradoras do bairro restinga e integrantes da escola de samba local através de oficinas de prevenção de DST/AIDS, oficinas de teatro, etc. O primeiro trabalho institucional enquanto associação foi uma cartilha que tratava sobre DST/AIDS e anemia falciforme, lançada na semana da consciência negra da Câmara Municipal de Porto Alegre e com o apoio financeiro deste órgão.

A AIDS sempre foi o foco de atuação da entidade, foi através de sua mãe, fundadora da ACMUN, já falecida, que na época se aproximou da Política Municipal de DST/AIDS, com o objetivo de levar ações até a comunidade e foi aí que organizaram o I Curso de Multiplicadoras de Prevenção em DST/AIDS.

3.2.2 Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras

Foi entrevistada Lourdes, 61 anos, bibliotecária, funcionária pública estadual aposentada.

Entrevistar Lourdes não foi uma experiência nova, pois já tinha tido a oportunidade de conversarmos para outro trabalho, entretanto, existe algo curioso quando isso acontece que é o fato de podermos conversar sobre uma as ações uma das outras, e inclusive de falar de questões particulares. As vésperas de sair para o sanduíche na Espanha e, ao comentar isso com ela, me diz que tem uma amiga lá, na conversa descobrimos que coincidentemente sua amiga seria a minha orientadora, fato esse que me deu um pouco mais de tranquilidade em ir.

Esse fato é de certa forma bastante relevante, uma vez que sou parte de outra organização de mulheres negras, criada após Maria Mulher, e que muitas vezes nossa relação é vista por outras pessoas com rivalidade, entretanto, entendo que, justamente por sermos as únicas duas organizações de mulheres negras no estado, somos representativas e não há motivos para essa rivalidade. Ao contrário, como em geral acontece, há um reconhecimento de nossas organizações cada uma com suas particularidades, somos convidadas para um evento, para debater sobre a

mesma temática, como o que aconteceu recentemente quando fomos convidadas para falar sobre feminização da AIDS em um seminário da Rede de Religiões Afro e Saúde.

Sobre a entrevista propriamente, foi concedida por Lourdes, uma das fundadoras de Maria Mulher. Conversamos na sede administrativa da Organização, situada no centro de Porto Alegre. Conforme relata, as fundadoras de Maria Mulher já se reuniam enquanto grupo de mulheres negras desde 1997, a fim de discutirem questões sobre racismo e gênero. As reuniões eram na garagem da casa de uma de suas integrantes. Realizavam atividades na comunidade da Vila Maria da Conceição, conhecida mais popularmente na época como Maria Degolada. Uma das primeiras atividades foram com mulheres que viviam nesta comunidade e estavam construindo suas próprias casas com o apoio da prefeitura que forneceu o material e o mestre de obras. Os encontros aconteciam aos sábados no intervalo de trabalho dessas mulheres e girava em torno da discussão sobre racismo, sexualidade (na época ainda não falavam sobre “direitos sexuais e direitos reprodutivos”).

A constituição formal com registro de estatuto e ata se deu em 1997, nesse momento passaram a ser Maria Mulher – organização de mulheres negras.

Segundo a ativista a temática de saúde sempre esteve presente nesses espaços de discussão, onde a grande maioria das mulheres tinham filhos e eram chefes de família, falavam sobre miomas, comportamentos de higiene, e promiscuidade, o que tratavam a falar sobre “doenças venéreas”.

A especificidade do HIV, entretanto, só veio a surgir mais tarde. Nesse momento, conforme Lourdes não tinham esse conhecimento específico da doença, onde o que escutavam falar que era doença de gays e homens que faziam sexo com homens.

Atualmente as atividades da organização tem como eixo a violência e a partir daí realizam outras atividades, através de projetos. , como por exemplo o SOS Racismo (violência racial) onde recebem denúncia de discriminação racial e realizam oficinas de desconstrução do racismo, assim como trabalham com a violência doméstica. Foi a partir do trabalho com violência doméstica que Maria Mulher passou a trabalhar com HIV. Em 1999 perceberam que de 174 mulheres vinculadas à entidade através da participação em oficinas sobre violência doméstica, apenas duas não eram portadoras de HIV.

Em uma pesquisa realizada por integrantes da organização que trabalhou sobre a subjetividade das mulheres para a adesão do tratamento de HIV, verificaram que a violência era geradora da infecção por HIV de muitas mulheres atendidas na instituição, e concluem que um dos motivos mais fortes é pela falta de poder de decisão das mulheres sobre o uso do preservativo. O desenvolvimento do trabalho se dá como uma rede, da experiência de um trabalho vão surgindo necessidades na realização de outros, foi assim que do trabalho com essas mulheres que vivem com HIV passaram a atuar na área de segurança alimentar, pois outro dado apontado pela pesquisa foi a falta de alimento como justificativa pela não adesão ao tratamento. Dessa forma a organização vai efetuando parcerias governamentais e não-governamentais com entidades educativas, de saúde e de âmbito religioso em seu trabalho.

A organização possui profissionais psicólogas e assistente social contratadas através de uma parceria com a Fundação de Assistência Social e Comunitária da Prefeitura (FASC), para atender famílias através do apoio psicossocial.

Percebe-se a amplitude de parcerias e a diversidade de ações da organização. Outro espaço especialmente importante para organização e que estão inseridas é na Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, representando atualmente a Regional Rio Grande do Sul ao inserirem a questão racial nesta articulação. Integram também a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) e através destas participam em espaços importantes de controle social em nível nacional e local.

4. Instância na Universitat Autònoma de Barcelona

Meu mestrado foi cursado com Bolsa da Fundação Ford, um programa de ações afirmativas, administrado no Brasil pela Fundação Carlos Chagas, foi através da bolsa que tive a possibilidade de entre os meses de outubro de 2009 e março de 2010, como parte do mestrado, realizar uma estância no Departamento de Psicologia Social da Universitat Autònoma de Barcelona, sob a supervisão da Profa. Leonor Cantera.

O objetivo em realizar esse período de estudos fora do país foi o de introduzir em meu conhecimento novas experiências relacionadas ao marco teórico sustentado

em minha investigação, especificamente relacionados aos estudos de gênero e movimentos sociais. O período previsto de estágio na Universidade trouxe contribuições a minha formação tanto pessoal (considerando que foi a primeira vez que vivi fora do Brasil), quanto acadêmica e profissional. Essa experiência me brindou com a possibilidade de estabelecer trocas com diferentes pesquisadores e pesquisadoras que trabalham com temáticas afins, sobretudo aqueles procedentes de países da América Latina, muitos deles também bolsistas do International Fellowships Program - IFP.

Desembarquei em Barcelona no dia 29 de setembro de 2009, meu primeiro contato com a orientadora se deu uma semana depois, quando já participaria do grupo de investigação coordenado por ela. Surpreendi-me quando me deparei com um grupo formado somente por pesquisadoras/es estrangeiros, incluindo dois brasileiros (eu era a terceira). Minha expectativa de estar pisando em um terreno completamente estranho se rompeu naquele momento, deixando-me de certa forma mais a vontade.

Passei então a fazer parte do Grupo de Investigación “Violência, Pareja y Trabajo” (VIPAT), cuja linha de pesquisa se concentra especialmente nos estudos sobre violência e gênero. Na primeira orientação, acordamos as atividades que deveria estar envolvida durante o período de instância na UAB. Assim, ficou definido que deveria: 1) Participar dos seminários promovidos pelo Departamento de Psicologia Social da UAB; 2) fazer algumas disciplinas (as que precisamente fossem relacionadas à temática da minha pesquisa; 3) fazer atividades em Associações identificadas que atuassem a partir da perspectiva de gênero e HIV/AIDS e, se encontrasse aquelas que trabalhassem com a questão racial (o que era quase impossível).

As tutorias foram realizadas quinzenalmente, seguindo meu plano de estudos, e no início a orientadora solicitou-me uma agenda de trabalho, que contemplasse um calendário de elaboração do artigo. Já em nosso primeiro encontro Leonor fez contato telefônico com uma das coordenadoras da ONG Creación Positiva, para que eu pudesse estar realizando uma prática nesta Associação, atividade que estarei relatando em um ponto específico.

Apesar do grupo VIPAT, no qual estive, e permaneci vinculada, ser de doutorado, cursei disciplinas relativas ao mestrado, fase acadêmica a qual me encontro. Assisti as aulas de: *Biopoder*, *Teoria Actor-Red* (ANT); *Saberes*

Feministas; Gubernamentabilidad, corporeidad, sujeción y agencia; Conceptualización del género. Essas aulas eram referentes ao módulo I do *Máster en Investigación em Psicología Social*. O módulo era organizado de maneira que a primeira parte da aula era ministrada pelo/a professor/a e a segunda pelos alunos, previamente agrupados. Coube a mim inserir-me no grupo sobre *conceptualización del género*, onde apresentamos aula no dia 15 de dezembro de 2009.

Particpei ainda de dois seminários com professores convidados: a) “*Controvérsias entorno a la noción de cuerpo: antiguas y nuevas fronteras corporales desde la escena posthumanista*”, ministrado pela professora Dra. Heidi Figueroa Sarriera – Universidade de Porto Rico entre os dias 20/10/2009 e 10/11/2009; b) “*La presencia de sociedad civil en el espacio político*” y “*Participación ciudadana y transformaciones democráticas*”, ministrados pelo Professor Dr. Pedro Ibarra Güell, catedrático de la Universidad del País Vasco nos dias 18 e 19/01/2010.

4.1 La práctica

A possibilidade de negociar trabalho de campo em uma Organização – Não-Governamental que trabalha com HIV e mulheres em Barcelona, já havia sido apontada em meu plano de estudos. O objetivo seria experienciar a atuação enquanto pesquisadora/militante com uma organização situada em contexto sociocultural diferente, no sentido de poder colaborar com as análises da pesquisa, desde uma perspectiva comparativa e ampliada às mesmas.

Neste caso a ONG referida é a *Asociación Creación Positiva*, que trabalha com HIV/AIDS sob a perspectiva de gênero, e o contato foi com uma de suas coordenadoras, Montserrat Pineda Lorenzo.

Conforme o site de *Creación Positiva* esta é concebida como uma associação sem fins lucrativos, constituída por mulheres com experiência reconhecida no campo de *advocacy*, a prevenção, o assessoramento e o apoio a pessoas que vivem com HIV/AIDS. A organização atua com HIV sob a perspectiva de gênero com a justificativa de que ao perceber que o HIV afeta diferentemente mulheres e homens é necessário pensar em necessidades específicas das pessoas afetadas pela epidemia.

Foi apontado ainda pelas integrantes que, no contexto do movimento de mulheres em Barcelona, que *Creación* é a única organização de mulheres que

trabalham especificamente com HIV/AIDS. Suas atividades incluem: atendimento individual e de casal; grupo de apoio emocional a mulheres soropositivas; consulta de naturopatia (terapia alternativa) para pessoas soropositivas; atendimento social voltado a orientação sobre direitos relacionados aos recursos sociais existentes; oficinas de auto-estima para homens e mulheres infectados pelo HIV. Uma atividade especial realizada no dia 1º de Dezembro (Dia mundial de luta contra AIDS) é realizada pela organização em parceria com o Comité 1º de Dezembro (formado por varias organizações que trabalham com a temática de HIV/AIDS, este trabalho é de âmbito preventivo, e oferece orientação e acompanhamento a pessoas vieram a sentir-se discriminadas.

A organização possui sede em um edifício, na cidade de Barcelona. As salas são medianas e organizadas, com vários materiais informativos à disposição das pessoas que chegam. A sala de espera é ampla, mesmo local onde se realizam os grupos de apoio, com cadeiras acomodadas em circulo. Diariamente trabalham no local três mulheres, Montse, coordenadora, Maria Luiza responsável financeira e ainda uma terceira responsável pelo trabalho de secretaria.

No dia-a-dia, as três integrantes tocam as atividades da associação participando de eventos e reuniões, através de comissões das quais fazem parte. A organização possui uma página web bem organizada que incluem suas atividades, publicações e informações sobre a organização e especificamente sobre direitos e tratamento de HIV/AIDS

Um link específico intitulado: violência, gênero e HIV, evidencia a perspectiva da organização de trabalhar o HIV sob a perspectiva da violência de gênero.

A organização Creación Positiva participa para além de atividades locais, estaduais e internacionais, como a Rede positiva, que é uma rede de mulheres com HIV positivo da Espanha, também participam da ICW, Rede de mulheres pela saúde, entre outras.

O plano de trabalho, acordado entre mim, a tutora e a coordenadora da ONG foi de que pudesse estar ajudando na organização de eventos (seminários, reuniões, oficinas, jornadas...), participar em reuniões para intercambiar experiências, colaborar na realização de documentos informativos (folhetos, folhas soltas...). Em contrapartida, a associação facilitaria minha participação em reuniões; fornecer-me-ia informações (materiais, contato de outras associações) relacionadas à

investigação e outros matérias pertinentes (gênero, VIH, saúde, Violência...) me colocando ainda aberta a qualquer proposta.

Aprovada a proposta pela coordenadora da ONG, participei de alguns eventos a convite de Montse e estive na organização algumas vezes conversando com as integrantes sobre o trabalho que desenvolvem e falando sobre o meu trabalho enquanto militante de uma organização de mulheres negras no Brasil.

ARTIGO CIENTÍFICO